



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 13 de Dezembro de 2017.

Edição 2658 | Páginas: 18

7ª LEGISLATURA | 54º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAÍAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Flamarion Chagas - PRTB;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingu - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Flamarion Portela; PDT
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
 - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
 - c) Deputado George Melo - PSDC;
 - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
 - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
2º - Deputado Flamarion Portela - PDT.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 2656ª Sessão Ordinária - Sucinta	02
- Ata da 2642ª Sessão Ordinária - Íntegra	03
- Ata da 2644ª Sessão Ordinária - Íntegra	09
- Ata da 2646ª Sessão Ordinária - Íntegra	15
- Ata da 2648ª Sessão Ordinária - Íntegra	16
- Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte - Edital de Convocação nº 001/2017	16
- Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, e Ação Social - Ata de Reunião	16

Superintendência Administrativa

- Republicação da Resolução nº 481/2017	17
- Resoluções nº 496 a 500/2017	18
- CPL - Pregão Presencial nº 033/2017	18

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEXCENTÉSIMA
 QUINQUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
 QUINQUAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA
 SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
 ESTADO DE RORAIMA**

Às nove horas do dia sete de dezembro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima quinquagésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Masamy Eda**, declarou aberta a Sessão, convidando os Senhores Deputados **Lenir Rodrigues** e **Evangelista Siqueira** para atuarem como Primeiro e Segundo-Secretários *ad hoc*, respectivamente. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou à Senhora Primeira-Secretária, Deputada **Lenir Rodrigues**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 92, de 05/12/17, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei Complementar nº 159, que “cria o Fundo de Modernização, Manutenção e Desenvolvimento da Polícia Civil do Estado de Roraima – FUNDESPOL-RR, e dá outras providências”. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 161, de 05/12/17, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, que “dispõe sobre a proibição da venda de remédios para emagrecer aos menores de 18 anos, sem apresentação de prescrição médica, no âmbito do Estado de Roraima”; Projeto de Lei nº 162, de 05/12/17, de autoria do Deputado Jânio Xingú, que “altera o inciso II do artigo 2º da Lei nº 046, de 15/09/93, que dispõe sobre a distribuição do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios e dá outras providências”; Requerimento nº 118, de 05/12/17, de autoria do Deputado Mecias de Jesus – Presidente da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 032/17, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 119, de 05/12/17, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 066/17, de sua autoria e do Deputado Evangelista Siqueira; Requerimento nº 120, de 06/12/17, de autoria da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 035/15, alterada pelas Resoluções nºs 004/16, 029/16, 022/17 e 033/17, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Indicação nº 530, de 06/12/17, de autoria do Deputado Jorge Everton, encaminhada ao Governo do Estado, para providenciar a conclusão do muro da Escola Estadual Primeiro de Maio, localizada na Vila do Equador, Município de Rorainópolis-RR; Memorando nº 101, de 05/12/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 14, 16, 21, 22 e 23 de novembro do corrente ano; Memorando nº 024, de 05/12/17, de autoria do Deputado Izaías Maia, informando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 6 e 7 de dezembro do corrente ano; Memorando nº 092, de 06/12/17, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 6 de dezembro do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício nº 659, de 05/12/17, da Defensoria Pública do Estado de Roraima- DPE-RR, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei nº 160, que “altera a Lei nº 853/12, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima e dá outras providências”; Ofício nº 660, de 05/12/17, da Defensoria Pública do Estado de Roraima- DPE-RR, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei Complementar nº 022, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 164, de 19/05/10, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Roraima e dá outras providências”; Comunicado nº AL137560, de 16/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Irmã Leonilde Dal Pós, no valor de R\$ 7.120,00 (sete mil cento e vinte reais); Comunicado nº AL137561, de 16/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Cantinho do Céu, no valor de R\$ 2.570,00 (dois mil quinhentos e setenta reais); Comunicado nº AL137562, de 16/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vanio Melo, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); Comunicado nº AL137563, de 16/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola José Pereira, no valor de R\$ 2.540,00 (dois mil quinhentos e quarenta reais); Comunicado nº AL137564, de 16/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Escola Municipal Palmira de Castro Machado, no valor de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais); Comunicado nº AL137565, de 16/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Leila Maria da Silveira, no valor de R\$ 1.730,00 (mil setecentos e trinta reais); Comunicado nº AL150254, de 30/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Wanda David Aguiar, no valor de R\$ 9.570,00 (nove mil quinhentos e setenta reais); Comunicado nº AL150255, de 30/10/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Raio de Sol, no valor de R\$ 8.840,00 (oito mil oitocentos e quarenta reais); Comunicado nº AL151560, de 07/11/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor total de R\$ 468.154,20 (quatrocentos e sessenta e oito mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte centavos); Comunicado nº AL151586, de 13/11/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor total de R\$ 1.192.881,02 (um milhão cento e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e um reais e dois centavos). **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **George Melo** iniciou informando que o governo anterior deixou, nos cofres do Estado, recursos para a reforma do Hospital Geral e, também, que o Governo Federal havia enviado recursos para a construção de uma penitenciária, mas, por falta de competência, a Governadora não consegue concluir as obras do hospital e ainda não começou as obras do presídio. Continuando, teceu críticas aos comentários do Secretário da SEJUC nas redes sociais, ao desmerecer o trabalho realizado pelos policiais do Grupo Tático que impediram mais uma fuga de presos da Penitenciária Agrícola, tomando para si os méritos. De acordo com o Senhor Deputado, o fato do governo ter quatro bilhões de orçamento, torna inadmissível a alegação de falta de recursos, uma vez que atrasa o pagamento de salários, não repassa aos bancos o desconto de empréstimos feito nos salários dos servidores, assim como não repassa ao IPER a parte patronal e continua favorecendo somente os familiares e seus agregados. Finalizou manifestando sua indignação, menosprezando as ações da Senhora Governadora. O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** iniciou reportando-se ao convite do ICMBio, feito através de um jornal local, para realização de três audiências públicas, com objetivo de ampliar as reservas ambientais a serem realizadas nos municípios de Caracará, onde tem o Parque Virú; Alto Alegre, a reserva do Parima; e Amajari, onde se localiza a reserva da Ilha de Maracá. De acordo com o Senhor Parlamentar, nos municípios de Caracará e Alto Alegre já foram realizadas as audiências e a população se manifestou contrária à ampliação. Na sequência, convidou os interessados a participarem da audiência no Município de Amajari, a fim de impedirem mais um desmando contra os produtores. Finalizou, fazendo um apelo aos seus pares e à população para que se mobilizem em prol do Estado e contra o aumento de reservas em Roraima. **ORDEM DO DIA:** Não houve. Prosseguindo, atendendo ao Requerimento nº 117/17, aprovado anteriormente, o Senhor Presidente **Jalser Renier** transformou a Sessão Ordinária em Comissão Geral, oportunidade em que esta Casa Legislativa realizou a entrega da Comenda Orgulho de Roraima ao Coronel Paiva. Alcançada a finalidade da Comissão Geral, o Senhor Presidente retomou os trabalhos na fase em que se encontravam. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, às doze horas e um minuto, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 12, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, George Melo, Jalser Renier, Jânio Xingú, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda e Soldado Sampaio.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2642ª SESSÃO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017.

54º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima quadragésima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que faça a leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 2986, de 26/09/17, do Secretário Estadual de Saúde, encaminhando o Relatório do 1º quadrimestre, referente ao exercício de 2017 – Lei Complementar 141/12.

Ofício nº 1638, de 26/10/17, do Secretário-Chefe do Gabinete Institucional - resposta das indicações parlamentares nº 320, 322, 324, 326, 327, 330, 332, 335, 336, 338.

Ofício nº 307, de 26/10/17, do Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - celebração de convênio: Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 04/2017 – GER/SEPLAN/FUNDAÇÃO AJURI, Convênio nº 05/2017 – GER/SEPLAN/FUNDAÇÃO AJURI.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a pessoa que indica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jalser Renier.

Projeto de Lei nº 127, de 25/10/17, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, que “institui o Programa Recomeço e dispõe sobre a criação da Clínica Estadual de Recuperação de Dependentes Químicos e dá outras providências”.

Projeto de Lei nº 130, de 26/10/17, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, que “institui e inclui no Calendário Oficial do Estado de Roraima o Dia Estadual de Conscientização e Atenção aos Pacientes com Lúpus Eritematoso Sistêmico – LES, e dá outras providências”.

Indicação nº 476, de 30/10/17, de autoria do Deputado Zé Galetto, encaminhando ao Governo do Estado, para a reconstrução da ponte de madeira localizada na vicinal 6/Confiança 3, a aproximadamente 7 km da Vila Santa Rita, no Município do Cantá-RR.

Requerimento nº 001, de 25/10/17, do Deputado Mecias de Jesus, amparado no que determina o § 2º do artigo 211 do Regimento Interno deste Poder, requerendo interposição de recurso ao parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 082/17.

DIVERSOS:

Comunicado nº AL/093604, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau Riachuelo, no valor de R\$ 2.780,00 (dois mil setecentos e oitenta reais).

Comunicado nº AL/093605, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Martins Pereira da Silva, no valor de R\$ 1.530,00 (mil quinhentos e trinta reais).

Comunicado nº AL/093606, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom Alcuíno, no valor de R\$ 1.740,00 (mil setecentos e quarenta reais).

Comunicado nº AL/093608, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Maria Raimunda Mota de Andrade, no valor de R\$ 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais).

Comunicado nº AL/093609, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Santa Catarina, no valor de R\$ 2.380 (dois mil trezentos e oitenta reais);

Comunicado nº AL/093610, de 19/09/2017, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Sebastião Benício da Silva, no valor de R\$ 2.030 (dois mil e trinta reais).

Comunicado nº AL/093611, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual João Vilena, no valor de R\$ 1.890 (mil oitocentos e noventa reais).

Comunicado nº AL/093612, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Lino Augusto da Silva, no valor de R\$ 2.870,00 (dois mil oitocentos e

setenta reais).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há 5 oradores inscritos.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, demais parlamentares e povo aqui presente, bom dia. Início meu discurso com a seguinte notícia: Associados registram boletim de ocorrência contra Faradilson por “sumiço de dinheiro”. Integrantes da Federação das Associações de Moradores de Roraima (FAMER) registraram um boletim de ocorrência contra o desempregado Faradilson Mesquita, no 5º Distrito Policial, nessa segunda-feira (30). Eles alegaram ter sido enganados pelo Presidente da Federação, que sumiu com o dinheiro da compra dos lotes. Conforme relato de um dos integrantes, Faradilson cobrou 250 reais por um lote, que faria parte de um bairro, na região do Urubuzinho, zona rural de Boa Vista. Faradilson sumiu com o dinheiro após ter sido expulso em uma reintegração de posse da terra, na semana passada. *“Três áreas que ele nos coloca dentro e a gente descobre que é invasão. Temos o sonho de ter a própria terra. Somos mais de 100 pessoas, estamos denunciando para que ele não engane mais os pais de família. Depois de arrecadarmos mais de três mil e dar para ele, Faradilson sumiu. Se acha o dono da justiça, porque faz tudo isso e não é punido. Ele disse que se sairmos agora não teremos terra e nem dinheiro”* - relatu um integrante da Federação das Associações de Moradores de Roraima (FAMER). O jornal Roraima em Tempo vinha denunciando as situações irregulares que Faradilson praticava. Por causa dele foi aberta uma CPI na Assembleia Legislativa de Roraima para investigar as invasões ocorridas no Cantá. A última invasão promovida terminou em dezenas de famílias sendo retiradas pela Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Boa Vista (EMHUR) e Guarda Municipal. Faradilson alegou que tinha comprado uma terra de 700 hectares e que lotearia entre os integrantes, mas uma liminar do Tribunal de Justiça de Roraima reconheceu o legítimo dono da propriedade, desmentindo a farsa do presidente da Federação. Outro integrante do grupo afirmou que Faradilson sempre prometeu terras e que 99% dos custos da compra seriam pagos pela governadora Suely Campos, a federação completaria com 1%. Entretanto, mesmo tendo pago os valores cobrados por Faradilson, ele nunca recebeu o lote de terras. *“Nós sofriamos pressão para pagar esse valor. Ele dizia que se não pagássemos logo, o valor passaria para 2.500,00 reais. Nessa história ele é o invasor. Não temos culpa de nada porque pagamos o dinheiro na esperança de ter a terra. Confiamos nele e esperamos que o Ministério Público de Roraima e todas as polícias entrem com uma ação contra ele, que é o maior bandido de Roraima”* - relataram as pessoas envolvidas. Então, a pergunta é: Como está a CPI das Terras aqui na Assembleia Legislativa? E por que a Governadora do Estado não se manifesta? Em todas as invasões, ele alega que tem o apoio do Governo do Estado, e eu, em sã consciência, não acredito que a governadora vá dar apoio a esse tipo de ação criminosa praticada pelo Faradilson.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Izaías Maia, além disso, têm as pessoas que tiveram suas áreas invadidas, conseguiram sua reintegração de posse, porque agora no judiciário você tem que individualizar a invasão, cada pessoa tem que ser notificada. Olha a dificuldade! Essas pessoas são prejudicadas, gastam muito dinheiro para conseguir uma reintegração de posse e quando ele sai, o Faradilson, além de ser beneficiado com todo aparato governamental, ele sai e vai embora, fica na boa. Agora seus associados estão querendo seu dinheiro de volta. Isso é um estelionato, e isso foi publicado no jornal e não acredito que as autoridades desse estado não consigam parar isso. Se isso acontecer, Deputado Izaías, você falou muito bem, imaginem se todo mundo começar a invadir terras nessa cidade, porque o cara está vendo que não acontece nada. A insegurança de quem investe aqui... já tem pouca gente investindo, e quem vai conseguir ter coragem de investir em Roraima? E o dinheiro vai todo para fora, e nós vamos ficar só com a miséria. Vossa Excelência foi extremamente rápido, é preciso que seja tomada providências com urgência com relação a isso. É um absurdo o que está acontecendo. Eu já me manifestei no Plenário e acho que Assembleia está passando da hora de convocar o senhor Faradilson para vir aqui, na Assembleia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Muito bem, é isso mesmo. Então, que a governadora, ou alguém ligado a ela, dê um freio, porque em todas as ações ilegais a justiça se manifesta contra, mas o Faradilson diz que tem o apoio do Governo do Estado. Eu, particularmente, acredito que ele está usando o nome da governadora para se defender de alguma forma.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** - Deputado Izaías, parabéns pelo seu pronunciamento. Semana passada fui

à Rádio 93 FM, falei bastante sobre esse tema. O que me preocupa, acima de tudo, é a convivência que está existindo por parte do governo com esse ato criminoso. Eu não vi até agora, confesso que não conheço, e se existir, gostaria que me apresentasse, mas não vi nenhuma ação da Polícia Civil para investigar ato criminoso praticado pelo senhor Faradilson. Para mim, ele montou uma organização criminosa, está muito claro, como delegado de polícia, eu consigo visualizar muito bem que ele está enganando as pessoas. Ele está cometendo, como Deputado George falou, estelionato. Isso tem que ser apurado pela Polícia Civil, mas se ela não apurar, acredito que a Polícia Federal deve iniciar alguma investigação. Afinal de contas, a lei que fala sobre organização criminosa diz que a polícia federal tem sim competência para investigar e apurar esses crimes. O que não dá é para deixar o bando formado e cooptado pelo Faradilson enganar a sociedade, roubar o dinheiro das pessoas mais pobres e necessitadas, que acreditam no sonho de ter a casa própria, e ninguém do governo tomar nenhuma atitude. Isso é vergonhoso! Inclusive, eu denunciei a participação da Policial Civil na organização criminosa - tem foto e tudo do policial civil sendo retirado de uma invasão de terras. É um ato criminoso, a corregedoria da polícia civil tem que reagir e o Ministério Público Estadual também, porque senão a nossa esperança vai ser através da Polícia Federal. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua - Eu sempre falei aqui, que o Governo do Estado deveria cumprir a sua parte com relação ao sistema prisional - com aquelas velhas denúncias que chegam, falta isso, falta aquilo, rebeliões, crimes e as mortes - ninguém deu importância. Ai as mortes aconteceram e a violência tomou conta do sistema prisional. Teve a CPI, eu coloquei nos meus programas e falei aqui que ia ter confusão, e teve rebelião e mortes. A CPI trabalhou e, segundo informações, praticamente continua tudo do mesmo jeito. Na época disseram que o Izaías Maia, apresentador e Deputado, estava protegendo os bandidos. Eu estava protegendo os policiais que estavam morrendo, no exercício do seu trabalho. E aí, o que aconteceu? Policiais morreram e o sistema continua do mesmo jeito. Mas Deus é justo e na hora ele coloca a mão. Eu falei, ninguém ligou. Olha o que diz o jornal hoje: “Roraima registra a maior taxa de policiais mortos do país”. Roraima é o maior, segundo a taxa de Policiais Civis e Militares mortos em 2016, com o índice de 1,6%, está na primeira colocação. Pasmem os senhores, perdemos somente para o Rio de Janeiro. Os dados são do primeiro anuário de segurança pública, em 2016, 04 policiais foram mortos no estado, sendo um civil e três militares, em comparação a 2015, quando apenas uma morte foi registrada e o aumento foi de 300%. Segundo o anuário, as primeiras mortes foram registradas enquanto os policiais estavam fora de serviço. Em Roraima não houve morte em decorrência de confronto. Em 2015, o estado ficava na 22ª colocação entre aqueles com a menor taxa do país; 437 policiais foram mortos em 2016, a taxa atingiu 0,8% do contingente dos militares e civis.

Gostaria de destacar a todos, autoridades e políticos em geral, vamos dar uma atenção maior a segurança pública. O mundo do crime age da seguinte forma, se não pega em combate, pega quando o camarada está passeando com a família, shopping, em qualquer lugar, segue e mata em qualquer lugar. É dessa forma que o crime organizado age. Então, acho que é assim, que as autoridades têm que agir, com rapidez, senão passaremos para o primeiro lugar, onde os policiais estão sendo mortos. Volto a dizer que precisamos de paz no sistema prisional, que o bandido pague pelo seu crime, que o governo dê aquilo que é de direito, senão vamos passar para o primeiro lugar, com os nossos policiais sendo mortos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom dia, Senhor Presidente, caros colegas, senhores e senhoras, servidores e imprensa. Ocupo a Tribuna, para falar que Roraima, mais uma vez, ocupa as páginas nacionais, mas não de forma positiva. O jornalista Josias de Sousa teve uma entrevista exclusiva com o Ministro da Justiça Torquato Jardim, o qual participou de uma reunião no Acre com vários governadores dos estados. E vejamos, o Ministro da Justiça afirmou que Roraima é caso de polícia, se referindo aos recursos de 44 milhões e 700 mil reais, encaminhados pelo governo federal para que o sistema prisional fizesse o investimento adequado. O próprio ministro afirma na sua entrevista que o Ministério Público Federal já está apurando o desvio de três milhões e meio, e que o Departamento Penitenciário Nacional está instaurando uma tomada de preço de conta especial. Isso nós falamos na CPI do Sistema Prisional durante o ano em que apuramos e deixamos claro no relatório. Qual é o gestor que paga três milhões e meio sem licitação, sem empenho, sem contrato e sem execução da obra? Isso é roubo! Saquearam os cofres públicos! Só que dessa vez meteram a mão no dinheiro federal e o buraco é mais embaixo. Eu tenho a convicção de que não foi em vão o meu trabalho. Como relator da CPI do Sistema Prisional, eu fiz o meu papel, exerci o que o eleitor pediu que eu fizesse, que apurasse, investigasse e não permitisse esses desmandos que vemos no governo do estado. Eu fiz minha parte, e aqui está a prova. Na época falaram que eram factóides políticos, que não existiam. Palavras

do ministro da justiça, que eu espero que esta Casa não silencie, que dê a resposta que a sociedade espera. Sinceramente foi um ano duro de trabalho, mas muito recompensador porque as pessoas estão vendo o trabalho que estamos fazendo aqui.

Gostaria de destacar que, infelizmente, Roraima foi citada e a governadora estava presente na reunião e, sequer se pronunciou. Como o Delegado Uziel Castro Júnior, que eu coloquei no meu relatório, por ter desviado três milhões e meio. Existem provas suficientes com conhecimento, mas ele ainda continua exercendo sua função. Sequer foi aberto algum procedimento para apurar. Isso é conveniência da governadora. E isso a sociedade não aceita. Mas tenho a consciência que fiz o meu papel; tenho a consciência limpa que desempenhei o meu trabalho. Obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, senhoras e senhores. Ouvi o Deputado Izaías Maia falando sobre o problema de desvio de recursos e má aplicação. O que me traz hoje é para falar de um estelionatário que é o 1º sargento da Força Aérea Brasileira, da ativa, que exerce a sua função na Base Área de Boa Vista. Eu e o Deputado Chico Mozart procuramos o Comando da Base Área e não conseguimos falar com ninguém. Depois ficaram de marcar uma audiência e disseram que o Comandante é outro, que agora tem dois comandos. Enfim, esse estelionatário já extorquiu entre empresas e famílias do nosso estado, mais de três milhões e meio de reais. Extorquiu a Vimezer, Construshop e extorquiu mais de 30 famílias. Da Dona Ursulina, por exemplo, foram mais de 900 mil reais, enganando a boa-fé das pessoas, usando o nome da Força Aérea. O nome desse 1º Sargento é Lopes Júnior. Ele tem uma empresa de fachada chamada RWA, que diz que é de um irmão dele, mas é o sócio, não é irmão, e quem faz toda as transações é esse Lopes Júnior. E Vossa Excelência, Deputado George Melo, se eu não lhe avisasse, seria a próxima vítima dele. O que ele já enganou só de famílias ultrapassam três milhões e meio de reais. Não estou falando nem das empresas, como citei aqui a Vimezer, a empresa da Cida Gomes e outras empresas. Se formos juntar as empresas que ele enganou em Boa Vista, o valor ultrapassa os cinco milhões de reais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Mozart** – Deputado Joaquim, parablenho Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, inclusive esse alerta feito à sociedade. Eu e o senhor fomos vítimas desse estelionatário, e o que nos causa estranheza é parte da Base Aérea ser conivente com isso. Procuramos várias vezes o Comando da Base, procuramos os oficiais responsáveis pelo Sargento e não obtivemos resposta, e muito menos fomos ouvidos. Então, parablenho pelo seu pronunciamento de hoje e fica esse alerta para a sociedade. O nome da pessoa é Wilson Lopes Júnior, Sargento da Base Área, que tem aplicado vários golpes, e inclusive estelionato em nossa cidade. A empresa RWA tem lesado diversas pessoas, causando prejuízo de mais de cinco milhões em nosso estado. Espero que as medidas sejam tomadas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Bom dia a todos. Deputado Joaquim, só para complementar o seu discurso, esse Sargento que aplicou golpe em várias pessoas na cidade, usando a farda da Base Aérea, não é o primeiro. Já tivemos outros casos de engenheiros, também, usando a farda da Base Aérea. E a Base Aérea se não tomou providências, podem ter certeza que vai tomar. Ela vai transferi-lo daqui do estado para outro estado da federação, para que ele possa cumprir o resto do serviço na Base Aérea. Eu que pensava que era uma instituição séria, mas ela dá cobertura a esse tipo de gente, ele vai ser transferido, volta para a reserva e depois volta para o crime de novo. Quero aqui fazer um apelo ao Comandante da Base Aérea, que espero que seja um homem sério e não esconda os seus colegas atrás da farda, seja homem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Izaías Maia** – Deputado Joaquim, uma única pergunta, inclusive para os outros parlamentares antigos. Ele está praticando um crime, se fosse qualquer outra pessoa, já estaria atrás das grades. Então eu pergunto: por ele ser membro da Base Aérea, ele pode continuar aplicando golpes e nada acontece com ele? Ou ele pode ter o passaporte para penitenciária?

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua - As medidas cabíveis ao Ministério Público já foram tomadas. Já houve mais de 12 denúncias das famílias junto ao Ministério Público no setor de defesa do consumidor, denunciando esse sargento que é da ativa da Base Aérea. As empresas já entraram na justiça e eu acredito, Deputado George Melo, nas forças armadas. Acredito no Comando da Base Aérea, que deve tomar alguma decisão em relação ao que esse cidadão vem aprontando há mais de um ano. E esse alerta agora é para as famílias de Roraima, porque na semana passada ele já estava tentando enganar outra família, e houve intervenção de várias pessoas que foram prejudicadas, informando para que essa família não repassasse recurso para ele. Eu ouço o Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado

Joaquim, eu acompanhei esse filme antes, e a gente vê que o mercado imobiliário em Roraima é um mercado que cresce, que precisa realmente de profissionais competentes. A gente sabe que os preços não eram abaixo do mercado, por isso, acredito que isso tenha sido má gestão, quer dizer, as pessoas que foram lesadas, foram pessoas que realmente cairam no conto do vigário. Vossa Excelência está tomando uma decisão corajosa, e por isso quero lhe parabenizar porque, por pouco, eu não participei disso também. Mesmo assim, quero me solidarizar com as pessoas de bem, que acreditam e que investem neste estado. A gente tem que dar segurança para quem investe aqui, para quem trabalha aqui, para que este estado tenha uma cadeia de negócios que possam realmente gerar empregos. Sabemos que o setor da construção civil é um setor que emprega muita gente e a gente tem que separar o joio do trigo. Que fique claro que não são todos os profissionais, mas existe uma maçã podre e precisa ser tirada. A RWA do empresário Júnior tem que ser parada realmente, porque se for esperar que as forças armadas tomem providências, quantas pessoas ainda vão ser lesadas. Então, Vossa Excelência está de parabéns, e acho que esta Casa é uma casa de discussão, onde leva constantes debates, e esse é um debate importante, principalmente para quem investe aqui. Em cada residência, cada prédio que se constrói no estado são contratadas de 30 a 40 pessoas por obra. Então, é um valor considerável, e essas pessoas que investiram têm que ser ressarcida deste prejuízo. Parabéns, Deputado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua - Deputado George, para Vossa Excelência ter uma ideia, e para os que estão nos assistindo aqui, são mais de 320 famílias, entre auxiliar de pedreiro e carpinteiro, gente que não tem voz. E nós que temos que ser a voz dessas pessoas que foram lesadas, pois ele não pagou a produção dessas pessoas que estavam trabalhando nessas várias obras que ele estava fazendo, pegava o dinheiro das pessoas mas não pagava nem os fornecedores, nem os trabalhadores. Então, é necessário que a gente alerte a população e as famílias do nosso estado para que não sejam as próximas vítimas. A empresa RWA... quem fala por ela é esse primeiro sargento da ativa da Força Aérea brasileira, o que é um absurdo. Nós temos que falar com o Comandante da base para relatar esses fatos. E o mais absurdo é que esse cidadão conseguiu, Deputado Mecias, três meses de licença médica, alegando que estava com problemas psíquicos, mas, durante esses três meses, ele enganou mais de 12 famílias. Quer dizer, como é que o homem pega um atestado médico, dos médicos da Base Aérea de Boa Vista e fica livre para enganar as pessoas nesses três meses? Ele enganou mais de 12 famílias com atestado médico dos médicos da Base Aérea de Boa Vista. Isso é muito grave. Eu não quero acreditar que o alto Comando da Base Aérea de Boa Vista esteja passando a mão na cabeça desse pilantra que está extorquindo as famílias daqui. A pilantragem que ele fez já ultrapassa mais de cinco milhões de reais, ele deve mais de 320 famílias que trabalharam, entre auxiliar de pedreiro, ajudante de pedreiro e carpinteiros. E sequer o Comando da Base Aérea recebeu os dois parlamentares quando fomos relatar essa situação. As medidas judiciais cabíveis já foram tomadas. A maioria das famílias já denunciaram no Ministério Público. Mas eu não vi uma posição firme da Base Aérea com relação a esse sargento da ativa, e o Deputado Chico Mozart sabe, muitas vezes ele se apresenta como oficial-piloto da Força Aérea Brasileira. Ora, pela credibilidade da farda que ele usa, muitas pessoas acreditaram no papo deste extorquista, porque ele é da ativa da Força Aérea brasileira. É lamentável que um sujeito desse nível fique mostrando para a opinião pública tudo o que não presta de uma Corporação extremamente respeitada, cujo trabalho social e de segurança nas nossas fronteiras é do maior nível. Agora, o Comando não toma uma providência em relação a esse sargento que está extorquindo as famílias de Roraima. Eu repito, o mais absurdo é que a junta médica dá um atestado de três meses para um tratamento psiquiátrico, em que doído não rasga dinheiro, e fica enganando o povo do nosso estado. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, companheiro Chico Mozart, Masamy, meus caros colegas Deputados e Deputadas, amigos da imprensa, servidores desta Casa, amigos e amigos que nos prestigiam assistindo esta Sessão Plenária. Trago hoje, Senhor Presidente, talvez um dos assuntos mais polêmicos que a sociedade brasileira tem discutido na atualidade. Trago hoje um assunto que, certamente, muita gente neste país e neste estado tem medo, tem precaução, e tem de certa forma uma incerteza de que se deve ou não tratar desse assunto, Deputado Soldado Sampaio. Porém, ouvindo o apelo de centenas e centenas de pessoas dessa sociedade - e tomando como exemplo dois outros estados do Brasil que tiveram essa coragem, que certamente esta Casa terá - apresento hoje um Projeto de Lei que muitos poderão pensar ou interpretar de forma diferente, ou darão a interpretação que bem lhe couber, no sentido apenas de contrariar a opinião deste Deputado e das famílias de Roraima.

Protocolo nesta casa um Projeto de Lei nº 131/17, que “Dispõe sobre a proibição de atividades pedagógicas que visem a reprodução do

conceito de Biologia de Gênero na grade curricular das escolas estaduais públicas e privadas do Estado de Roraima e dá outras providências”. Existe um grande movimento em todo o Brasil no sentido de fazer com que as pessoas entendam que ninguém nasce homem ou mulher, que tudo isso seria uma construção natural da sociedade. E quem nesse país inteiro impor nas nossas escolas, Deputado Joaquim, aulas dirigidas ideologicamente, no sentido de ensinar as crianças a partir dos seis anos de idade, que elas não são meninos e nem meninas, que elas podem ser o que quiserem. E, no nosso entendimento, no entendimento da maioria da sociedade roraimense e do povo brasileiro, Presidente Jalsler, orientar sexualmente uma criança cabe, especificamente, à sua família, aos seus pais ou aos responsáveis por eles. Por isso, hoje, apresento esse Projeto de Lei, não é contrariando nenhuma opção individual, muito pelo contrário, mas simplesmente dando a todos o direito de escolher, individualmente, no momento certo. Se um jovem só pode ser responsabilizado criminalmente a partir dos 18 anos de idade, se uma criança fizer sexo com 14 anos de idade é considerado pedofilia, por que iríamos permitir que as escolas começassem a ensinar as crianças a partir de 6 anos de que elas não são meninos e nem meninas, que elas podem ser o que quiserem, a partir daquela data. Elas ainda não têm a dimensão e o entendimento de nada, de absolutamente nada disso. Portanto, o projeto que estou apresentando está voltado para o respeito às convicções do aluno, dos seus pais ou responsáveis dando a precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar no aspecto relacionado à educação moral e sexual, Deputado Gabriel.

Esse projeto, nobres colegas Deputados, foi subsidiado com pesquisas que mandamos fazer aqui no nosso estado, onde mais de 84% da população diz que a orientação sexual é de responsabilidade exclusivamente da família, de pais e de responsáveis. Ninguém discorda de que a escola é um espaço de formação e a dinâmica da reprodução social nas crianças está centrada no processo educacional. Mas o respeito deve ser a base para o desenvolvimento saudável na educação. A escola é responsável pela reprodução social no ensino dos conteúdos da grade curricular, orientados pelos Projetos Políticos Pedagógicos para alcançar os objetivos claros de formação de cidadãos autônomos, respeitosos, plurais e capazes de lidar com a diversidade.

Vale destacar que não estamos tratando nesta proposição sobre qualquer tipo de discriminação aos que possuem orientação sexual diversa. A intenção é apenas não permitir que se trate a ideologia de gênero nas escolas do nosso estado como está acontecendo em alguns estados brasileiros, por se tratar de escolhas absolutamente individuais, devendo as escolas se aterem apenas aos assuntos de interesse didático. Ora, a liberdade de aprender, assegurada pelo artigo 206 da Constituição Federal, compreende o direito do estudante a que seu conhecimento da realidade não seja manipulado para fins ideológicos. Além do que no disposto no artigo 53, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante aos estudantes o direito de ser respeitado por seus educadores. É por esse motivo, Deputada Aurelina Medeiros, no que tange à educação moral, à convenção americana sobre direitos humanos no Brasil, a mesma hierarquia das normas constitucionais, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu no art. 12 que “os pais têm direitos que seus filhos recebem a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, ou seja as convicções dos seus pais”. Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de ordem moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar as disciplinas como meio de indução à concepção de gênero ou de qualquer outra que possa mudar o pensamento da criança em sala de aula.

Finalmente, um estado que se define laico e que, portanto, deve ser neutro, não pode permitir que se aborde dentro de sala de aula o assunto de ideologia de gênero, visto à neutralidade de se tratar justamente a não se posicionar sobre um pensamento específico. Diante do que foi exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto, que ora apresento e peço apoio da sociedade roraimense, pois, não estamos tratando aqui de discriminação, muito pelo contrário, o respeito deve existir em todas as classes sociais. Destaco, por fim, as palavras do Padre Fábio de Melo, quanto à importância da família na educação da criança sem a interferência de outros, no que diz respeito basicamente ao núcleo familiar ensinar. “Que a infância seja respeitada, que toda criança tenha o direito de crescer, fluir sobre a autoridade amorosa dos que o ajudam a descobrir a ética do bem viver, que a inocência não a abandone antes da hora. A infância é o tempo sagrado em que a submissão faz sentido, alguém decide por nós o que ainda não sabemos decidir sozinhos. Permitir escolher algo que ainda não se está preparado para escolher é desproteger”.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, meus caros colegas da imprensa, servidores desta Casa, meus amigos do plenário no sentido de proteger a criança, na infância e na adolescência é que apresentamos esse Projeto de Lei, no sentido de fazer aquilo que for melhor

para as famílias, para as crianças, para os pais e para toda a nossa sociedade. Agradeço a acolhida de todos ao meu projeto e me coloco à disposição para discutir todos os temas que forem necessários, e, o que de fato está acontecendo é isso. Se estão desprestigiando a principal instituição desse país e do mundo inteiro, criada por Deus, que é a instituição chamada família. Acho que essa sim tem o direito, o dever e a obrigação de orientar e apoiar seus filhos em todas as situações possíveis. Agradeço a todos e digo que este projeto está sendo assinado por mim, pela Deputada Ângela Águda, que é presidente da Comissão da Criança e do Adolescente nesta Casa, que, infelizmente não está presente hoje, mas me autorizou a protocolar o projeto hoje, e também, iria falar do assunto. Também lhes digo que irei protocolar um projeto juntamente com o Presidente Jalsler, que certamente Vossa Excelência falará dele em uma outra oportunidade com mais tranquilidade e mais tempo para que todos possamos ouvir. Muito obrigado a todos os colegas e que Deus nos abençoe nessa grande batalha que é a de proteger a família e o povo do nosso estado. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Obrigado Deputado Mecias. Seguimos com o próximo orador.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a questão de Ordem é para solicitar de Vossa Excelência a possibilidade de ser incluído na Ordem do Dia três projetos importantes, de autoria da Chefe do Poder Executivo. O Projeto de Lei nº 091, do corrente ano, que trata da possibilidade de parcelamento das dívidas dos entes públicos junto ao IPER. Isso é necessário por uma série de razões; é o Refis do IPER, e também os Projetos de Lei nº 112, 113 - que permite ao Governo do Estado fazer a repactuação da dívida pública com os bancos oficiais. São projetos importantíssimos e que vai possibilitar ao Governo do Estado, num período de quatro anos, uma economia de três milhões e meio mensais, cerca de quarenta milhões anual de economia para o estado. Então, esses Projetos, que estão na Casa, são Projetos importantes e eu solicito a Vossa Excelência a possibilidade de incluir na Ordem do Dia, porque nós temos prazo para que possamos deliberar sobre essas matérias, para que o estado possa efetivamente, autorizado pela Assembleia, fazer a repactuação dessas dívidas com os bancos oficiais, e também a questão do Refis do IPER.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, na última Sessão apresentamos um Requerimento pedindo a inclusão da PEC da CER. Gostaria de saber se está na Ordem do Dia?

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Sim, deputado Soldado Sampaio, a PEC está na Ordem do Dia de hoje.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Obrigado, Presidente.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede Questão de Ordem - Senhoras e Senhores Deputados, eu só quero também apelar, Senhor Presidente, para que a gente coloque, como já falou o Deputado Coronel Chagas, os Projetos 91, 112, 113 na Ordem do Dia, independente do posicionamento político de cada um. Esses Projetos têm relevância e importância, haja vista que o estado, e como quem tem acompanhado vê, passa por uma dificuldade financeira – permitirá, feita essa renegociação, o estado economizar mensalmente algo em torno de quatro milhões de reais. Não é um volume tão grande de recursos, mas para nossa realidade econômica, com certeza trará benefícios para operacionalização da máquina pública; esse é o apelo, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia a discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 011/16, que “acrescenta o art. 27-A, com seus parágrafos, e art. 27-B ao Texto Constitucional vigente”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio e outros. Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 064/16, que “institui o padrão de atendimento médico odontológico nas unidades prisionais e cumprimento de medidas socioeducativas, preservando a segurança pública e dá outras providências”, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira; Projeto de Lei nº 066/16, que “dispõe sobre o programa minha primeira oportunidade e dá outras providências”, de autoria do Deputado Izaías Maia; Projeto de Lei nº 091/17, que “dispõe sobre o parcelamento especial de débitos do Estado de Roraima com o Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 112/17, que “autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito PEF II e PROINVEST, firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 113/17, que “autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco do Brasil”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 124/16, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do Teste do Quadril (exame para detectar a displasia do desenvolvimento dos quadris)

em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Projeto de Lei nº 125/16, que “cria a política de atendimento a pessoas com diagnóstico de autismo no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Gabriel Picanço; Projeto de Decreto Legislativo nº 002/17, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Jesus Rodrigues do Nascimento e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Decreto Legislativo nº 012/17, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a pessoas que indica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio e Coronel Chagas; Projeto de Decreto Legislativo nº 017/17, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima a personalidade que indica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Requerimento nº 098/17, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 029, alterada pela Resolução nº 035/17, que requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento; Requerimento nº 100/17, requerendo, após ouvir o Plenário, a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, no dia 07 de novembro do corrente ano, às 10h, momento que esta Casa Legislativa estará homenageando Músicos de Roraima com a Comenda Orgulho de Roraima e o Doutor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho com o Título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima, de autoria de vários deputados; Requerimento de Interposição de Recurso nº 087/17 ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final que rejeitou o Projeto de Lei nº 069/17, de autoria do Deputado Jorge Everton; Requerimento de Interposição de Recursos nº 086/17 ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final que rejeitou o Projeto de Lei nº 016/17, de autoria do Deputado Jorge Everton; Requerimento de Interposição de Recursos nº 101/17 que requer interposição ao parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei nº 082/17, de autoria do Deputado Mecias de Jesus.

Eu vou suspender a sessão para que os Senhores Deputados possam reunir as comissões, conforme a Questão de Ordem proferida pelo Deputado Chagas e pelo Deputado Flamarion Portela, porque o plenário soberanamente decidirá, o que poderá ser feito em relação aos projetos que estão tramitando nesta pauta, cuja data expira hoje. Portanto, suspendo a sessão pelo tempo necessário para que as comissões possam reunir e dá parecer aos referidos projetos. Está suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Convido o Deputado Naldo e o Deputado Marcelo Cabral para tomarem assento à mesa. Os trabalhos estão reabertos. Nós temos aqui uma Proposta de Emenda à Constituição nº 011/216, do Deputado Sampaio e outros parlamentares que acrescenta o Artigo 27, alínea “a”, combinado com seus Parágrafos e artigo 27, e alínea “b”, ao texto constitucional vigente.

Solicito ao Senhor Deputado Naldo da Loteria que faça a leitura do Parecer com as emendas. Lembrando aos Senhores Deputados que esse Projeto trata do enquadramento dos ex-servidores, que ficaram de fora do enquadramento da Eletrobrás. Com essa Proposta de Emenda à Constituição, esses servidores serão automaticamente inseridos na estrutura operacional do estado. Vamos ler somente o voto, porque entendo que seja uma matéria de consenso entre os deputados.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lida a Proposta de Emenda à Constituição nº 011/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir a matéria segue para votação. A votação em primeiro turno será nominal. Votando sim os senhores deputados aprovam a matéria, votando não, rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

Dou por aprovada em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição nº 011/17, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 064/16, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 064/16 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins em conjunto; de autoria do Deputado Valdenir Ferreira).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Valdenir Ferreira** – Senhor Presidente, este projeto é de suma importância, tendo em vista que vai evitar várias situações dentro do Sistema Prisional, já que o sistema deve passar futuramente por reformas. O projeto pede é que seja incluído dentro dessas reformas ambulatoriais preparados para evitar contaminações e até evitar deslocamentos de detentos para os hospitais públicos do estado. Então, eu peço que os nobres pares nos ajudem a votar favorável a esse projeto. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Não havendo mais quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será pelo processo nominal. Votando “sim”, os senhores concordam e votando “não”, rejeitam a matéria. Liberado o painel para votação.

Dou por aprovada a matéria por 19 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 066/17 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins em conjunto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 066/16 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins em conjunto).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Projeto de Lei nº 066/16. Em votação. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será pelo processo nominal. Votando “sim”, os senhores concordam e votando “não”, rejeitam a matéria. D o u por aprovado o Projeto de Lei nº 066/16 por 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 091/17 e do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 091/17 e do Parecer das Comissões em conjunto).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Em votação. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será pelo processo nominal. Votando “sim”, os senhores concordam e votando “não”, rejeitam a matéria.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto - Senhor Presidente, eu entendo que autorizar a Governadora a fazer o parcelamento dessas dívidas com o Instituto de Previdência é legalizar o crime praticado por ela, porque ela cometeu apropriação indébita ao ficar com esses recursos que deveriam ser pagos mês a mês. Então, Presidente, eu quero pedir venha aos colegas para votar contrário a esse projeto, por entender que a gente não pode avaliar um crime praticado pela Senhora Governadora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Justificativa de Voto – Eu também vou acompanhar o pensamento do Deputado Jorge Everton, porque eu creio que isso é um prejuízo à arrecadação, que é a segurança dos trabalhadores.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 091/17 com emenda, por 16 votos favoráveis, 03 contrários e 01 abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 113/17 e do Parecer das Comissões em Conjunto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 113/17, juntamente com o parecer das comissões em conjunto).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Quero dizer que o projeto contempla uma emenda do Deputado Jorge Everton, que obriga as matérias referentes a créditos de financiamento passarem pela Assembleia. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será pelo processo nominal. Votando “sim”, os senhores concordam e votando “não”, rejeitam a matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Justificativa de Voto - Senhor Presidente, com a emenda recebida pela base governista, o Deputado Jorge Everton tirou qualquer dúvida da oposição em votar contrário, que é a renegociação da dívida. É apenas a dilatação do prazo, então, com certeza a oposição vai manter a coerência porque nós acatamos a emenda da oposição para deixar mais claro que qualquer empréstimo que o governo venha a fazer, tem que ter o aval da Assembleia.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Justificativa de voto – Em todas as matérias o líder da oposição está votando favorável, então, hoje nós vamos acompanhar o líder da oposição votando favorável

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto - Como houve entendimento na comissão com relação à emenda que proíbe que o governo contraia novo empréstimo, mesmo na renegociação dessa dívida, e muito preocupado com a má gestão dos recursos públicos tem sido de forma contumaz, algo prático exercido neste governo do Estado de Roraima, então, eu, junto com meus colegas Dhiego Coelho e Lenir Rodrigues, vou me abster de votar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**- Abstenção do Deputado Jorge Everton, do Deputado Diego Coelho e da Deputada Lenir, existe ainda a abstenção do Deputado Masamy Eda.

Dou por aprovada a matéria, com 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 5 abstenções.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 112/17.

O Senhor Primeiro-secretário **Naldo da Loteria** - (Lido o Projeto de Lei nº 112/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação, a votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores concordam e votando “não”, rejeitam a matéria. Liberado o painel para votação.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** para Justificativa de voto – Senhor Presidente, a base da oposição tem 12 componentes, a situação tem 12 Deputados, eu vou me abster, tendo em vista que a base do governo aqui só tem 09 presentes e eles estão ganhando aqui todas as votações do governo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, também vou me abster, não pelo motivo dos colegas, mas eu acredito que os projetos do governo têm que vir com justificativa clara, e eu reforço o que foi discutido lá na comissão conjunta com o Deputado Diego Coelho, que quando o governo apresenta um projeto dessa envergadura, teria que demonstrar, pelo menos, aproximadamente, quanto o estado deve, quanto vai ser renegociado. Porque o deputado que está representando o povo autoriza o estado a renegociar uma dívida que não se sabe nem de quanto é, e fazer os trabalhadores pagarem uma dívida que não fizeram, não contraíram. Então, eu acho que nós estamos numa posição que nós temos que ter bastante responsabilidade com as pessoas que nós estamos representando, e forçar o Governo do Estado a apresentar os projetos com mais consistência e clareza para que a gente possa estar auxiliando sim, o estado. Eu acredito que a votação é para definir uma situação de estado, não de governo - mas nós precisamos ter clareza nas justificativas dos projetos de leis que entram nessa Casa. Eu vi semana passada uma situação esdrúxula, a governadora teria que viajar para um encontro que já estava acontecendo e ela precisava de autorização e o Projeto não tinha dado nem entrada, e teve que votar tudo no mesmo dia, processar tudo no mesmo dia. Então, nós não temos culpa da desorganização governamental, nós temos que ter clareza; é uma crítica construtiva que eu estou fazendo, para que a gente possa realmente saber em que a gente está votando para defender a sociedade.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de voto - Quero corroborar no que foi dito pelos colegas, e acentuar, Presidente, que passamos três anos aqui vendo desmandos, gastos indevidos, nomeações de parentes, desvio de finalidade de recurso público, pagamento de mais de três milhões e meio sem licitação, sem empenho. Nós temos uma saúde deficitária, temos a educação passando dificuldade, a segurança pública desaparelhada, o cidadão tendo sua casa invadida diariamente e não tem uma aplicação devida do recurso público, não tem uma probidade na aplicação do recurso público. E, agora, a governadora quer renegociar a dívida. Ela não está cumprindo nem com suas obrigações, obrigação dos salários dos servidores, a reposição salarial, pagamento em dia dos fornecedores, o duodécimo dos poderes. Ela desrespeita o Ministério Público, desrespeita o Tribunal de Justiça e desrespeita esta Casa. E, por isso, eu vou me abster de participar dessa autorização para a governadora renegociar essa dívida, e fazer o que ela bem quiser com o recurso do estado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Lembrando aos Senhores Deputados que eu tenho aqui em minhas mãos a numeração dos Projetos, que foram os três Projetos aprovados, que deram entrada no dia 22/09/17, às 12h33min, no gabinete do Deputado Evangelista, às 12h32min, no dia 22/09/17, no gabinete do Deputado Flamarión Portela. Todos esses Projetos que eu estou anunciando, 22/09/2017, às 12h32min, no gabinete do Senhor Deputado Gabriel Picanço, no gabinete do Senhor Deputado Soldado Sampaio, no gabinete do Senhor Deputado José Galeto, no gabinete do Senhor Deputado Valdenir Ferreira, no gabinete do Senhor Deputado Jorge Everton, 22/09/17, às 12h37min, dos Deputados Masamy Eda, Odilon, Jânio Xingú, Deputado Chagas, Deputado George Melo e a todos os Senhores Deputados, através do programa que a Assembleia tem aqui, que é um programa que já está funcionando, que são processos... Desculpe-me é porque não estou conseguindo alcançar as letras que são muito pequenas, acho que a nossa assessoria faz até de propósito, pelo sistema próton que a Assembleia Legislativa contratou.

Dou por encerrada a votação.

Dou por aprovada a Matéria Com 15 votos favoráveis, nenhum voto “não” e 5 abstenções.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura Requerimento 098/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Requerimento nº 098/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão o Requerimento nº 098/17. Não havendo quem queira discutir, coloco -o em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 098/17.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, quero pedir a prorrogação da sessão plenária para que a gente possa evoluir com os trabalhos, uma vez que já são doze horas.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Alcançamos o horário das doze horas, e acato o Requerimento verbal de Vossa Excelência.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Requerimento nº 100/17

O Senhor Primeiro Secretario **Naldo da Loteria** - (Lido o Requerimento nº 100/17).

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 100/17.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Interposição de Recursos 087/17, de autoria do Deputado Jorge Everton.

O Senhor Primeiro Secretario **Naldo da Loteria** - (Lido o Requerimento de Interposição de Recursos 087/17).

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada. Matéria preclusa. Deputada Aurelina.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 124/16 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 124/16 e o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 124/16.

Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam a matéria.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 124/16, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento de Interposição de Recurso nº 101/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Requerimento de Interposição de Recurso nº 101/17).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão o Requerimento de Interposição de Recurso nº 101/17.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento de Interposição de Recursos nº 101/17.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 125/16 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 125/16 e o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissões Afins).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 125/16.

Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 125/16, por 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/17 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/17 e do Parecer).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão, não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal. Votando sim os Deputados aprovam a matéria e votando não rejeitam-na

Solicito abertura do painel para votação.

Dou por aprovada a matéria por 15 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Ficam transferidas as demais matérias constantes na Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar o expediente

de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, às doze horas e treze minutos, convocando outra para o dia 1º de novembro, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

**ATA DA 2644ª SESSÃO, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2017
54º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
(Em exercício)

Às nove horas do dia sete de novembro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima quadragésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei nº 135, de 06/11/17, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que “dispõe sobre a denominação de bem público e dá outras providências”;

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 06/11/17, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que “dispõe sobre a concessão *in memoriam* da Comenda Orgulho de Roraima ao Ex-Governador Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e dá outras providências”;

Memorando nº 089, de 01/11/17, de autoria da Deputada Angela A. Portella, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 1º de novembro do corrente ano.

DIVERSOS:

Comunicado nº AL093613, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Prof. Genival Thomé Macuxi;

Comunicado nº AL093614, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Lauro Melquior;

Comunicado nº AL093615, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Dom Lourenço Zoller;

Comunicado nº AL093616, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 10.790,00 (dez mil setecentos e noventa reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Canará;

Comunicado nº AL093617, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Atanazio Mota;

Comunicado nº AL093618, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.470,00 (dois mil quatrocentos e setenta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Manoel Horácio;

Comunicado nº AL093619, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Índio Macuxi;

Comunicado nº AL093620, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Evaristo;

Comunicado nº AL093621, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Santo Antônio de Pádua;

Comunicado nº AL093622, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Júlio Pereira;

Comunicado nº AL093623, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 1.410,00 (mil quatrocentos e dez reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Alzira Marinho de Brito;

Comunicado nº AL093624, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Indígena Princesa Isabel;

Comunicado nº AL093625, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais) à Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena José Alamano.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há três oradores inscritos para o Grande Expediente: os senhores Deputados Izaías Maia, George Melo e Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom dia, Senhor Presidente, bom dia aos colegas deputados e ao povo aqui presente. Um assunto que sempre falo e repito a mesma coisa, muita gente diz que eu sou um idiota, sem argumento e que só falo disso. Mas o tempo é o senhor da verdade. Prestem atenção. O Senador Romero Jucá criticou nesta segunda-feira, dia 6, a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica, de reajustar as tarifas de energia em Roraima. A conta de luz já está, pasmem os senhores, 35,50% mais cara desde quarta-feira, dia primeiro, e o aumento irá atingir cerca de 160 mil residências. Só para ter uma ideia. E, como sempre digo aqui, me preocupo com os pequenos, o assalariado, que paga R\$ 100,00 e vai pagar R\$ 135,00; o que paga R\$ 1.000,00, vai pagar R\$ 1.350,00. Muita gente não tem condições de pagar isso, pois ganham apenas um salário. E, com essa invasão de venezuelano, aumentou o número de pessoas desempregadas, que estão acabando com a mão de obra no estado. E aí, faço duas perguntas. Será que não está na hora de as autoridades do estado, parlamentares federais, senadores, parlamentares estaduais e toda a sociedade, principalmente os políticos, que têm o poder de conversar e de negociar, pois nós, que temos ajudado tanto esse presidente Michel Temer, que deverá sair somente com a força do povo, se votarem contra ele, é que podemos conseguir alguma negociação com ele. A nossa situação é gravíssima!

Gostaria de perguntar aos parlamentares, que têm ligação com os senadores, como o Deputado Flamarion com a senadora Angela Portella; os que têm ligação com o senador Romero Jucá e os que têm ligação com o Senador Telmário Mota. Queria saber se há alguma coisa concreta a se fazer, porque, passado o embate político, nós teremos que nos preocupar com o nosso estado, com o nosso povo. O pior de tudo isso é para a classe empresarial, as pessoas que mantêm empresas neste estado, que são uns guerreiros, uns lutadores, que pagam mil reais de luz, mil de encargos sociais e outros tributos mais em um estado falido, um estado que não tem energia, que não tem geração de emprego. E não ouvimos nada, nenhum comentário seguro, dizendo que a energia vai chegar, que o Linhão de Tucuruí vai chegar. As termoelétricas não resolvem e nem vão resolver nosso problema, só quebram um galho, e é muito cara e poluente. Então, está na hora, meu povo! E mais uma vez repito, antes que esse estado se transforme em um estado e em uma cidade fantasma. Porque o cara vai passar daqui para a Venezuela, que é outra tragédia e de lá vai para o Caribe, nos Estados Unidos. Não vai querer nem saber, é só a passagem.

Então, acho que está na hora de todos nós nos unirmos, parlamentares federais e estaduais, Governo do Estado. Vamos esquecer as ideias políticas e vamos nos unir, porque muita gente pode pensar que está bem de vida e, se a energia acabar, se o estado acabar, vai pegar sua malinha e vai para outro estado. Mas não é assim não. Temos que pensar que tem um Deus, Todo Poderoso, que tudo pode e tudo vê e, da mesma forma que ele dá, ele tira. Não podemos deixar de pensar nos menos favorecidos, no povo que está desempregado e sem rumo, no povo que tem o maior sofrimento, que é o povo do interior do estado. Uns dizem que, quando falta energia, em dez minutos está resolvido. Não, não é. É mentira. Digo e provo, porque trabalho no interior do estado todo sábado e domingo e a energia falta por oito, nove, dez horas e até por dias seguidos. Então, a situação é complicada. Volto a dizer, a palavra do momento é união. A política é somente daqui a um ano, por isso, vamos trabalhar agora, porque a escuridão está chegando. E esse aumento de trinta e cinco por cento vai acabar com o pequeno e levar o empresário ao desespero porque eles não terão condições de manter o pagamento de contas elevadas. Sabe o que vai acontecer? Eles irão diminuir a folha de pagamento para poder pagar a energia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Izaías, há muito tempo Vossa Excelência vem batendo nesta tecla, mas entendo que essa discussão é uma discussão de todos e é muito importante para o futuro desse estado. Vossa Excelência está coberto de razão, precisa ser ouvido, precisa que a imprensa tenha mais cuidado com essa informação, porque, se nós não tivermos um apoio rápido, provavelmente isso será irreversível para a economia do estado ao longo dos anos. Então, a solução está bem aqui em Manaus, que é o Linhão de Tucuruí. E as autoridades insistem toda vez que há uma questão nacional em dizer que vão compor isso ou aquilo. E isso não acontece. Acredito que esta Casa pode ser a protagonista dessa discussão, por isso, sugiro ao presidente que convoque os deputados federais e senadores para discutirmos no plenário desta Casa, dando visibilidade a toda a população, à imprensa falada, escrita e televisiva, às redes sociais, para que a gente chame a atenção para esta questão.

Vossa Excelência já vem com muita insistência falando neste assunto, pois não é de hoje que Vossa Excelência vem tocando neste assunto, portanto, sugiro a Vossa Excelência, como autor dessa questão, que encaminhe por escrito um convite aos deputados federais e senadores para que venham a esta Casa. Como sabemos que às terças, quartas e quintas-feiras eles estão em Brasília, podemos marcar uma extraordinária para a segunda ou sexta-feira, avisando-os com antecedência, para que eles possam comparecer à sessão, pois esta discussão é muito importante para o estado. Era essa a minha contribuição. Acho que dessa forma acharemos uma discussão mais balizada para encontrarmos uma solução, inclusive chamando outras autoridades do estado, como a prefeita e a governadora, para participar desta discussão. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Izaías Maia, mais uma vez Vossa Excelência traz um assunto de suma importância para a tribuna desta Casa. Na semana passada, o Deputado Flamarion levantou a questão do aumento abusivo de energia elétrica, inclusive o aparteei e fiz questão de lembrar-lhe que Vossa Excelência tem essa bandeira aqui nesta Casa. Vossa Excelência estava ausente, mas essa bandeira é de Vossa Excelência. Claro que preocupa a todos nós parlamentares, mas quando digo que a bandeira é sua, porque sempre Vossa Excelência levanta esta questão aqui de forma coerente. Quero parabenizá-lo. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que esta Casa, através do Presidente Deputado Jalsner Renier, teve uma imensa responsabilidade, um feito político de tamanha relevância quando convocou toda a classe política, deputados estaduais, inclusive Vossa Excelência, que lá estava, se não me falha a memória, os deputados federais, os senadores da República, participaram de uma reunião, na época, com o Vice-Presidente da República Michel Temer. E ele já estava construindo a ponte para o futuro, que era a derrocada da Presidente Dilma, eles já estavam certos de assumir a presidência.

Lembro-me muito bem que o Presidente Temer, ao lado do Senador da República, Senador Romero, que foi quem forneceu a argamassa para a construção dessa ponte para o futuro. A imprensa divulga e todos entendem que ele é o homem mais articulado da República do Brasil. Ele garantiu que assim que o Presidente Temer resolvesse essa situação, que seria rápido, que seria breve, ele viria aqui a Roraima inaugurar o Linhão de Tucuruí. Todos nós sabemos, Vossa Excelência sabe, que não existe outra saída, senão a construção do Linhão de Tucuruí. A energia da Venezuela não tem segurança jurídica, não tem segurança hídrica. Nós sabemos dos problemas que sofre a hidroeétrica de Guri. Nós sabemos que as termoeletricas fornecem uma energia cara e poluente, por isso, hoje, estamos aprovando uma alteração para as energias sustentáveis.

Mas acredito também que colocamos o lobo para tomar conta das ovelhas, Deputado. As termoeletricas têm uma ligação muito forte com o Senador Romero Jucá, que não quer de jeito nenhum, não defende de forma alguma que nós tenhamos esse Linhão de Tucuruí aqui. Isso é notório, todo mundo sabe. Então, discutir aqui mais uma vez, nesta Casa Legislativa, com a presença de deputados federais e senadores, acredito que seja importante. Até porque aqui é um parlamento e, apesar das pessoas estarem cansadas de ouvir, parlamento vem de “parlar”, do grego, que é falar. E, é o que podemos fazer, é falar. Mas entendo que precisa sim de uma mobilização séria da sociedade civil organizada, do vereador até o governador. Precisamos, se possível, paralisar este estado para que esta questão seja resolvida. Isso é uma atrocidade, uma humilhação, contra o povo roraimense. Nós sabemos que esse Linhão de Tucuruí está bem ali no estado do Amazonas e não vem para cá não é por causa de questões indígenas não, todos nós sabemos que isso são questões econômicas. É o braço forte de quem tem realmente o poder. Infelizmente, não é o poder de fazer o bem e sim de fazer o mal e que não deixa esse Linhão de Tucuruí vir para cá e não deixa que o nosso estado cresça e se desenvolva. Isso estou dizendo porque todos nós sabemos disso e falamos isso nos bastidores. Mas volto a parabenizar Vossa Excelência e volto a dizer que conte comigo; estamos juntos. Se esta Casa fizer uma audiência pública e convidar deputados federais e senadores, quero estar presente assessorando Vossa Excelência. Quero ser um assessorio dessa grande luta, dessa bandeira que Vossa Excelência tem nesta Casa Legislativa. Meus parabéns e obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Izaías, minha fala não é muito diferente da fala do Deputado George Melo e do Deputado Brito. E acho que nós podemos promover aqui, enquanto Assembleia, essa Audiência Pública na data certa, no momento certo, para não ter a justificativa da bancada federal se ausentar. Temos que respeitar a agenda da bancada federal, pois terça, quarta e quinta eles têm que estar em Brasília, mas numa sexta ou numa segunda só não virá quem de fato não tem uma satisfação a dar à sociedade com relação a essa questão. Mas, Deputado Izaías, quero me somar a Vossa Excelência nessa grande Audiência Pública. É o que nós podemos fazer além de receber as denúncias; é o nosso posicionamento. Mas isso é uma sequência, é uma lógica, veio lá atrás, desde o mega milionário empréstimo da CERR para sanar sua dívida. E deu no que deu, o dinheiro sumiu e a CERR não foi sanada. Estão aí os trabalhadores sem receber, as dívidas continuam, estão maiores do que estavam, e o gato comeu o dinheiro, e o povo está pagando este empréstimo.

Depois desse mega empréstimo veio o fim da concessão da CERR, que, mesmo de maneira precária, conseguia levar energia para o interior e não faltava energia tanto tempo como está faltando hoje. Eu concordo com Vossa Excelência, pois estive no interior este final de semana e vi que falta luz por 10 horas, 12 horas e até por 24 horas. Agora o caboclo que mede o talão de luz, chega no dia certo, não atrasa, sequer, um dia para entregar a fatura. Aí vem o fim da concessão da CERR, exatamente para esvaziar a CERR e entregar para a ELETROBRÁS. Enquanto isso, o famoso linhão de Tucuruí aparece no meio um problema. Primeiro era a empresa que não queria mais, depois era a reserva indígena e depois, o dinheiro não era suficiente. Depois houve troca de governo, ou seja, de alguma forma tinha sempre uma desculpa para esse linhão não sair. Os povos indígenas da reserva Waimiri/Atroari servem como desculpa e como pano de fundo para não trazer o Linhão de Tucuruí para cá. Nós tivemos aquele aumento e reativos aqui, alguns deputados entraram na justiça e ganharam a liminar, depois perderam a liminar no mérito, e a emenda saiu pior que o soneto, porque as pessoas tiveram que pagar o retroativo. Se eu não me engano, a última parcela foi esse mês. E aí, já pegaram o ritmo e já colocaram mais 35%. Depois vem todo um momento político para afastar a Venezuela do Mercosul e um senador aqui de Roraima, no caso o Senador Romero Jucá, era o líder para afastar a Venezuela do MERCOSUL, para torcer que, a qualquer momento, o Presidente Maduro cortasse a energia do Linhão de Guri para Roraima. Então, vem sendo criada uma sequência para dificultar a vida das pessoas.

E, por último, para fechar esse ciclo, Deputado Izaías, daqui a uns dias vão vender o patrimônio da CERR a preço de banana, é plano montado, com começo, meio e fim. Essa é a realidade, Deputado, isso não está ocorrendo por acaso, isso é de maneira proposital, e friamente calculado, tendo um direcionamento. Tem muita gente ganhando com isso. Enquanto isso, a população paga, e paga caro por todo esse esquema que envolve o setor energético do estado de Roraima. Era isso, Deputado, e quero me somar a Vossa Excelência. Vamos fazer essa Audiência Pública e olhar nos olhos dos três senadores e dos oito deputados federais, em especial aqueles que usam o Linhão de Tucuruí como argumento para manter o Presidente Temer no poder, dizendo que ele defende o Linhão de Tucuruí. Se não me engano, já foram duas votações com o mesmo discurso,

que votaram a favor do Temer, mesmo sabendo que ele tem processo, que é corrupto, mas votaram porque ele vai trazer o Linhão de Tucuruí para Roraima. Esse Linhão de Tucuruí não chega. Vamos cobrar da nossa bancada federal. Obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Muito bem. Então, para finalizar, eu acho que o momento é de união, temos que nos unir, temos que ir a Brasília, temos que falar com os senadores e com os deputados federais, temos que brigar, temos que exigir os nossos direitos, como fazem os políticos do Amazonas. Meus amigos, no Amazonas o pau come lá no Congresso Nacional, os caras exigem e batem o pé. Infelizmente, tiveram essas votações para continuar a investigação sobre o Temer, e a maioria, da nossa bancada, votou a favor e ficou tudo por isso mesmo. Estão esquecendo o povo mais sofrido. E aqui eu dou um exemplo, meu querido Deputado Chagas, não estive lá, não estou afirmando, mas a informação que tive é que o presidente da FUNAI parece que conversou bem pouquinho e não disse quase nada durante a reunião do Parlamento Amazônico. Eu não estive lá, Presidente, eu só ouvi os comentários. Se o senhor quiser falar, fique à vontade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – O presidente da Funai esteve presente no evento do Parlamento, fez uma palestra que durou mais de uma hora. Ele esteve a manhã toda em conversa com os Deputados, antes da palestra. Na verdade, essa reunião foi para falar sobre um programa chamado Pngate, que é um programa da FUNAI, do Governo Federal, para auxiliar as comunidades indígenas a elaborar projetos e conseguir autorização do Governo Federal para explorar comercialmente as suas potencialidades turísticas. O objetivo dele nessa reunião era esse, e ele cumpriu. Ele estava saindo de uma reunião que havia acontecido no dia anterior com a comunidade indígena Waimiri-Atroari, quando foi fazer uma exposição e tentar obter a autorização daquela comunidade para a construção do Linhão de Tucuruí. Então, nós conseguimos agendar a presença do Presidente da Funai no dia seguinte a essa reunião. E lá o General Franklimbeg Ribeiro de Freitas, que é o Presidente da Funai, nos expôs que teve a oportunidade de reunir as 45 lideranças, das 45 comunidades que existem dentro da terra indígena Waimiri-Atroari e expôs a necessidade e a importância para Roraima, para as comunidades indígenas do nosso estado, das nossas cidades, de ser autorizada a construção do Linhão de Tucuruí. As lideranças indígenas o ouviram e, ao final, falaram que iriam deliberar entre eles, e em breve dariam uma resposta ao presidente da FUNAI. E, agora, na semana passada, o presidente da Funai nos informou, de primeira mão, que recebeu a informação que as lideranças indígenas do Waimiri/Atroari aprovaram em assembleia geral deles que irão receber os empreendedores, os técnicos das empresas e irão apresentar o projeto ambiental. E isso vai acontecer agora, em dezembro. Então, houve um avanço significativo. O presidente da Funai, efetivamente, está empenhado nisso. O General Frankenberg tem uma grande ligação com Roraima. Ele foi Comandante da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, e sabe da importância do Linhão de Tucuruí para o nosso estado. Está empenhado nisso por determinação do Presidente da República e do Chefe da Casa Civil do Presidente da República. Em dezembro, irá ter novamente uma reunião com todas as lideranças indígenas do Waimiri-Atroari. Lá são 45 autoridades em Manaus. Nesta oportunidade, o técnico da empresa do consórcio vencedor dessa obra vai apresentar o plano ambiental para lhes mostrar que os danos ambientais, se houver, serão mínimos. E o benefício social para o estado de Roraima e para todas as pessoas que aqui vivem será muito maior. Só para contribuir com o seu discurso.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Muito obrigado pela informação, presidente Coronel Chagas. Agora, esperamos só que, realmente, a palavra seja cumprida porque todo o trabalho feito por políticos aqui de nosso estado, governo e parlamentares em Brasília foram enganados pela Dilma, pelo Temer e pelo Eduardo Braga, que era ministro das Minas e Energia. E, agora, que Deus abençoe, que seja resolvido esse problema. Eu faço uma pergunta para todos que estão aqui: Por que essa energia está tendo tanto problema para vir para cá, para beneficiar os índios e o nosso povo? E o projeto Pitinga? Ninguém fala nada, lá tem a cassiterita melhor do mundo e ouro também, e funciona há dezenas de anos dentro da reserva do Pitinga e os Waimiri-Atroari não dizem nada? Será por que a cassiterita e o caminhar cheio de ouro ficam nas mãos dos índios e das ONGs? Por isso eles ficam calados? A energia é importante para todo mundo, mas a cassiterita e o ouro só são importantes para os índios e as ONGs.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Acompanhando o seu discurso, o senhor perguntando o porquê dessas situações. Vou lhe dar um exemplo agora. Um dos órgãos que mais criou problema para a energia chama-se Ministério Público Federal do Amazonas e a Defensoria Pública Federal do Amazonas. Vejam a pérola que esses dois órgãos aqui de nosso estado fizeram a semana passada. Entraram com

uma ação contra o Governo do Estado e deram uma coletiva para falar sobre isso. Entraram com uma ação contra o Governo do Estado de 900 mil reais porque o Governo do Estado retirou os venezuelanos que estavam no entorno e dentro da rodoviária. E sabem por que eles fazem isso? Porque essa garotada, quando passa num concurso e vêm para a Amazônia, não conhece a nossa história, a nossa realidade, não procuram estudar sobre a Amazônia, não procuram ver que Roraima é diferente do Amazonas, que o Amazonas é diferente de Rondônia, que os custos são diferentes, que as histórias de cada estado são diferentes. Não é como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde praticamente a formação foi homogênea, vindo da vinda dos europeus. Nós somos diferentes. Até na nossa etnia indígena somos diferentes. Nós somos mais de 39 etnias. Lá não tinha. Lá era o Tupi-Guarani. Então, prestem atenção. Sabem o que eles fizeram? Entraram com uma ação porque retiraram os venezuelanos do entorno. Mas essa garotada que ganha bem não viaja de ônibus. Eu viajo. Nesses últimos dois meses eu viajei mais de seis vezes de ônibus para Manaus. Inclusive, quando teve o Parlamento Amazônico, eu fui de ônibus. E vi a situação da rodoviária, você não pode entrar num banheiro porque nele há crianças meninas e meninas defecando no chão do banheiro. Eu vi isso. Imagine a situação que ficava uma mulher que tivesse que viajar. E não era só a brasileira, não, os próprios venezuelanos que estivessem viajando de Boa Vista para Manaus. Eles acham que estão acima de tudo. Então, é essa situação.

Por que nós estamos vivendo esse problema da energia? Porque o Ministério Público Federal entrou com uma ação e a Justiça Federal do Amazonas acatou a ação, suspendendo a obra até que tivesse um entendimento com os Waimiri-Atroari. Esse é o fato real. Está na justiça. E aqui não é diferente. Agora, eu vou fazer uma movimentação em Pacaraima para quando os venezuelanos entrarem lá, no lugar de eles irem para o entorno da rodoviária, eles irem para o entorno da Defensoria Pública Federal e do Ministério Público Federal. Como eles são muito humanistas, mais do que a gente aqui de Roraima, eles vão encontrar uma solução. No lugar de eles entrarem com uma ação contra o Governo Federal para buscar uma solução energética para Roraima, eles fazem o contrário, entram com uma ação para suspender a viabilidade energética para o nosso estado. Eles entram com uma ação para deixar os pobres dos venezuelanos com aquelas crianças nas ruas para pegar qualquer tipo de doença.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – É, Deputado Joaquim, eu ouvi na entrevista eles dizendo que os ginásios e os abrigos não tinham conforto. Eu até coloquei na televisão ontem. Então o conforto é ao lado da rodoviária? No chão, no lixo e na imundície? É muito estranho isso. Eu acho que deveríamos nos movimentar na área jurídica também e tentar barrar isso, porque a justiça também erra. Então, vamos lutar para ver se a gente consegue frear essa ação de pessoas que estão fora do estado e tomando decisões contra o nosso estado.

E, para finalizar, eu queria fazer só um alerta aqui, Senhor Presidente. Para falar sobre alguns ocupantes que armam barracas em terrenos às margens da BR-174. Isso é mais uma brincadeirinha, só que agora não estão dando nomes. Eu acho que é um esquema. Cerca de 300 famílias estão ocupando uma área particular às margens da BR-174, sentido norte, zona rural de Boa Vista. Mudaram o sentido agora, com barracos improvisados, os ocupantes afirmam estar ali em busca de um pedaço de terra para construir um lar. Segundo apurado pela reportagem da Folha, os ocupantes não são ligados a nenhum movimento de sem-terra. Essa é a sétima movimentação de invasão em dois meses, recebida pela empresa municipal de desenvolvimento urbano e habitacional. Então, talvez, seja mais uma brincadeirinha de invasão de terras! Enquanto não colocarem na cadeia quem lidera esse tipo de ação vai ser daí para pior. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores nesta Casa, imprensa, quero aqui chamar a atenção da TV Assembleia, das pessoas que me seguem nas páginas das redes sociais, do Facebook e do Instagram, bom dia. Nesta manhã de hoje, quero narrar o meu final de semana, especificamente o domingo, quando estive na localidade de Caroebe. Estive em Normandia na sexta-feira e, no domingo, em Caroebe. Em Caroebe, Senhoras e Senhores, eu me surpreendi com a acalorada recepção que tive e, também, com as reclamações. Caroebe é um polo produtor de bananas e eles estão insatisfeitos, e com razão. Por quê? Porque nós, Deputados, recebemos um projeto muito interessante do Governo do Estado para que a gente isentasse o arroz de ICMS. O arroz de Roraima, Senhoras e Senhores, é vendido nos supermercados, inexplicavelmente, mais caro que o arroz de outros estados. Inclusive, aqui se compra arroz do Rio Grande do Sul, que é o estado mais distante do estado de Roraima e é muito mais barato que o arroz daqui. E eles, com razão, Deputado Izaías Maia, estão insatisfeitos porque lá no Jundiá estão sendo cobrados 17% de ICMS. Ora, o que está acontecendo? Eles pegam a sua produção sem estradas, sem ponte, com toda a dificuldade do mundo, já vendem a um valor de quase nada e quando chega na fronteira

tem que pagar 17%. O que o consumidor do Amazonas está fazendo? Estão pegando a banana em Rondônia, na Bahia, no Mato Grosso e colocando banana no Amazonas mais barato do que a banana de Roraima. É uma questão de sensibilidade.

Queria chamar a atenção dos Deputados. Nós temos muitos deputados produtores que talvez ainda não tenham chegado em suas bases essas informações, para que a Governadora também encaminhasse um projeto, Deputado Brito, para a nossa Casa, isentando o ICMS desses produtores porque se nós vendermos a banana para o Amazonas, o produtor rural vai ter dinheiro, vai ter poder de compra e vai circular dinheiro no comércio de nosso estado. Agora, se nós tirarmos essa condição desses produtores nós vamos torná-los miseráveis. Você vai morar no campo, mas vai ficar miserável. Eu acho que esta não é a intenção de um estado que cuida de seu povo. Eu não posso admitir que o estado de Roraima continue a maltratar essa população que está no interior do estado. A Governadora não deixa trazer galinha para vender aqui para levar ao supermercado porque ela quer prejudicar os abatedouros. Com isso, ela prejudica o vendedor de galinha para levar ao supermercado, comprar o gás e medicamentos. Agora você torna sem condições de comércio as nossas frutas, a melancia, a banana, a laranja, o limão. Quer dizer, essa produção que tornaria riqueza em nosso estado. Para um produtor que não tem estradas, não tem ponte, ele faz é na unha. E esse produtor está sendo prejudicado porque a Governadora não olha para essas pessoas.

Então, eu quero deixar esse registro. Se a Governadora não estiver ouvindo o que estou dizendo, se ela não ver a TV Assembleia, ela não encontra as reclamações em canto nenhum. Queria que algum Deputado da base levasse até ela essa informação para que ela mande um projeto. Ela não vai mandar fazer um projeto. Tem um projeto igualzinho, que foi o projeto de ricos produtores de arroz que ela mandou para esta Casa. E tenho certeza, Senhoras e Senhores, que nós vamos aprovar nesta Casa o mais rápido possível para, pelo menos, amenizar o sofrimento do produtor, dessas pessoas que têm um custo de produção caro. Para você produzir, você tem que comprar veneno, adubo, você tem que preparar a terra, e aí o nosso estado, sem colaborar com nada, ainda arruma uma maneira de prejudicar essas pessoas. Antes tinha a praga da mosca da carambola, agora tem a praga da governadora Suely. Pelo amor de Deus, é um absurdo isso, é um absurdo que o estado de Roraima não consiga enxergar o sofrimento dessas pessoas. É um absurdo que essas pessoas continuem a produzir e a sua produção apodrecer dentro das roças. Eu gostaria de ouvir uma mensagem para essas pessoas de que vai chegar um projeto com a mesma força que chegou o projeto dos ricos produtores de arroz, que ainda vendem o arroz mais caro que o arroz do Rio Grande do Sul.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado George, a sua preocupação com o setor produtivo certamente é a preocupação de todos nós deputados. Acho que ninguém que detenha mandato eletivo usa uma tribuna ou faz campanha sem defender o setor produtivo porque entendemos e sabemos perfeitamente que a chave de desenvolvimento do nosso estado passa pelo setor produtivo; sem ele, impossível o desenvolvimento do nosso estado. Mas, na questão do arroz, quero dizer a Vossa Excelência que discutimos tanto isso aqui. O produto que vem não só do Rio Grande do Sul, pode ser até do Vietnã, o arroz que vier do Vietnã chegava ou chega, não sei, mais barato que o arroz do estado de Roraima. Qual é a nossa briga? Primeiro, uma briga antiga de quem estava nesta Casa e do ex-governador Neudo Campos quando fez a Lei nº 215, com a deputada Aurelina Medeiros e com o deputado Joaquim, que era prefeito de Iracema. Enfim, a 215 isenta todos os produtos que utilizam a produção do arroz. Neste caso específico, a máquina não paga ICMS, o diesel, o material de construção para a fazenda, não paga o ICMS, para poder compensar o produtor por conta dos custos de produção no nosso estado. Por exemplo, o adubo que o Rio Grande do Sul usa é produzido lá e o nosso tem que vir de fora e o frete é caro, encarecendo a produção. Mas, mesmo assim, não conseguimos competir com o arroz que vem de fora. O que esse governo fez, o que a governadora Suely fez, e essa era uma luta nossa incessante, esta Casa sabe disso e concordou, apesar de ter sido feito por decreto... Apesar dessa anomalia tributária, eu sei que o estado tem muitos benefícios por conta da área de livre comércio, mas um dos prejuízos que trouxe para os produtores aqui foi este, Deputado George Melo. O produto que vem lá do Rio Grande do Sul, quando entra no nosso estado, por ser área de livre comércio, o comprador, aquele empresário que comercializa esse produto, além de não pagar o tributo, ainda se credita o diferencial de alíquota. Se no estado de origem for cinco e aqui dezessete, ele fica com doze. Ele não paga os dezessete e tem direito a creditar doze, ou seja, o valor do arroz vai lá para baixo. Não tem como os produtores daqui competir. A governadora retirou cinco por cento do valor do tributo para que fosse igualado, para que os produtores daqui pudessem competir com o arroz de fora. E Vossa Excelência há de entender uma coisa, hoje é

possível o produtor de arroz, junto com o comerciante, comercializar esse produto no mesmo valor daqui. Porque a 215, aprovada nesta Casa, dando todo o benefício na produção e a governadora Suely, através de Decreto com benefício tributário, retirou mais cinco por cento no custo de tributo. Portanto, a questão do arroz está consolidada.

Outra, quero dizer a Vossa Excelência que lhe informaram errado na questão da banana. A banana é isenta. A banana vai para o estado do Amazonas e não paga um real. Vossa Excelência, se for produtor de banana lá no município do Caroebe, Deputado Naldo, pode encher o caminhão de banana com 20 toneladas, se o caminhão suportar e se a estrada der condições e vender no estado do Amazonas sem pagar um real de tributo, nem o produtor e nem o transportador, se o transporte for do produtor. Agora, se Vossa Excelência for o produtor e contratar o transporte do Deputado Flamarion por mil reais para levar a banana o que é cobrado é o ICMS em cima do valor do frete, mas, se o caminhão, se o transporte for do produtor, não se paga ICMS em cima da banana, especificamente, como Vossa Excelência falou. Sei que a intenção de vossa excelência é boa, o produtor não deve mesmo pagar esse tributo, senão vai comprar banana de outros estados, sendo que Caroebe produz a melhor banana do Brasil, não é nem de Roraima, mas do Brasil. E Vossa Excelência tem uma base naquele município e está o defendendo de forma legítima, mas o informaram de forma errada porque o tributo não é pago em cima do produto. Se Vossa Excelência quiser eu trago essas informações porque a SEFAZ me passou agora e eu vou disponibilizar para o seu gabinete. Parabenizo-o pelo assunto que Vossa Excelência trouxe aqui em defesa do setor produtivo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Deputado, a única coisa que o produtor quer é ter condições de competir, mesmo o outro estando com uma metralhadora e ele com uma faca. O Governo do Estado já percebeu a dificuldade que está tendo de a banana dele entrar no estado do Amazonas. Não vai entrar. Isso é desculpa do governo. Se ela foi sensível para ajudar os ricos produtores de arroz, que vendem o nosso arroz mais caro, vá no supermercado para ver, vá ver que o nosso arroz é mais caro que o do Rio Grande do Sul, de Goiás, do Mato Grosso. Agora, deixar nossa banana inviabilizada é uma questão muito simplista. Não, o problema não é de quem vendeu, o problema é do atravessador que vai pagar o transporte. Ora, bolas, tira! Não tirou dos ricos produtores de arroz, porque não tira da banana? Tira os 17% de ICMS. Agora, se você não tornar competitivo, pois é uma competição desumana, você terá um estado que não tem estrada, não tem ponte, numa dificuldade danada. Você competir com um estado que tem logística e incentivo para o produtor. O estado ajuda o produtor a comprar os defensivos agrícolas, ajuda o cara a mecanizar a terra. É assim em Rondônia e em outros estados e nós vamos deixar nossos produtores abandonados aqui? Vossa Excelência sabe qual é o problema e acabou de dizer aqui. Então, vamos tirar esses 17%, para tornar nossa banana competitiva no Amazonas e dar condições para nosso produtor. Isso é que um estado sério faz, dar, pelo menos, dar as condições para competir e isso eles precisam ter. Acredito, sinceramente, que o que falta é boa vontade com quem é pequeno nesse estado, pois é esse pessoal que movimenta nossa economia, trabalhando no campo. Se isso não for feito, daqui a uns dias vão ficar sem ter o que fazer, sem produzir nada. Em alguns municípios, já estamos vendo isso. E, eu gostaria, sinceramente, que esta Casa se mobilizasse para resolver essa questão. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Queria iniciar minhas palavras parabenizando o Deputado Izaías Maia. Deputado, durante esse período de mais de um ano que aqui estou, eu vejo todos os dias praticamente, Vossa Excelência abordar o problema da energia, porque, com certeza, Vossa Excelência, repercute aqui, aquilo que escuta da sociedade e aquilo que chega como demanda para Vossa Excelência. Gostaria de enfatizar que o Poder Legislativo é sustentado por três pilares. Nós temos o pilar da legislação, pilar da fiscalização e pilar da representatividade da sociedade. Então, tudo aquilo que incomoda a sociedade deve nos incomodar. Tudo aquilo que a sociedade reclama deve ter repercussão neste Poder Legislativo. Vossa Excelência é presidente da Comissão do Direito do Consumidor e eu faço parte dela. A Comissão é composta por Vossa Excelência, Deputado Jorge Everton, eu, Odilon e Evangelista Siqueira. Se a gente pudesse receber os empresários que nos procuraram esse fim de semana, para fazermos uma reunião hoje, às 15 horas, na Sala de Reunião, para debatermos e discutirmos esse aumento exorbitante da nossa conta de luz. Eu tive oportunidade de pesquisar e uma das justificativas da Agência Nacional de Engenharia Elétrica, pasmem os senhores, ao conceder esse reajuste exorbitante, é elevar a rentabilidade da Eletrobrás Energia. Elevar a rentabilidade com que finalidade, minhas senhoras e meus senhores? Com a finalidade de equilibrar financeiramente a Eletrobrás Energia. Isso quer dizer que a gente vai pagar para equilibrar, para que eles, equilibrando, possa

ser privatizado, possa ser vendido à Eletrobrás e suas concessionárias. Isso é uma cretinice, é um absurdo que estão fazendo com o povo de Roraima! Nós não podemos pagar a conta sozinhos. E esse montante de subsídio, que é pago para a Eletrobrás Energia se sustentar, chega a 800 milhões por ano. Isso representa quase 30% de todo orçamento do estado de Roraima. Nós estamos observando o quanto tem dinheiro envolvido nisso. Esse parque térmico do Monte Cristo, independente dele estar funcionando ou não, de estar gerando energia ou não, todos os meses eles recebem milhões e milhões para tal, então, é uma preocupação enorme.

Vou citar outro exemplo que está acontecendo na Eletrobrás energia: 70 servidores com mais de 30 anos de serviços estão sendo demitidos da Eletrobrás Energia para também equilibrar as finanças. Inclusive, tem a irmã da Dena, que está nesse conjunto, com 32 anos de Eletrobrás, e está sendo demitida. O Sindicato já entrou com uma ação na justiça de primeiro grau e perdeu. Agora estão apelando para a justiça de segundo grau. Então, a coisa é complexa, é grave, e, como disse o Deputado Brito, há um interesse político muito grande. Esse interesse político é convergente com o interesse econômico para manter essa situação, e alguém está ganhando muito, muito dinheiro com isso. Não justifica! Há um ano e meio atrás, tivemos um reajuste na nossa conta de luz de 41%, foi para a justiça, teve momento que se ganhou, depois foi derrubado e tivemos que pagar em 10 parcelas. Terminamos de pagar agora, no mês de outubro. Todos nós ficamos alegres imaginando que esse valor seria uma economia para as famílias, pelo contrário, veio mais 35,26% acima. Se qualquer um tiver o cuidado de fazer os cálculos, vocês vão ver que, em menos de dois anos, a nossa energia foi reajustada em 90%. Quem pagava 100, está pagando 190, quem estava pagando 200, está pagando 390, praticamente o dobro. Isso é grave, é muito sério, é uma maneira cretina, perversa de meter a mão no bolso do contribuinte roraimense! E, muitas vezes, essa mão não é metida só no bolso, ela é tirada do estômago que, às vezes, o cidadão tem que comprar uma lata de leite para sua criança e não tem o dinheiro porque teve que pagar sua conta de energia. Isso é lastimável, é lamentável! E tem mais, eles têm esse espírito de aumentar a rentabilidade para alcançar a privatização. Ontem mesmo, o Presidente Michel Temer mandou para o Congresso Nacional um projeto de lei para privatizar a Eletrobrás. Pois bem, faço aqui na Tribuna da Assembleia, uma denúncia. Está aqui o Laranjeira, sabe o que vou falar, tem diretores do sistema da Eletrobrás que ganham 40 mil por mês, outros, 50 mil, outros, 60 mil por mês. O que isso quer dizer? Quem paga isso somos nós. É o consumidor final. O Deputado Izaías Maia já falou aqui, isso vai fazer com que os preços da nossa produção, da nossa indústria também sejam reajustados, que tenha acréscimo. E quem vai pagar a conta também? O consumidor final.

Portanto, esse tema de elevação de energia, acho que ele tem que nos incomodar sim, acho que tem que mexer com a bancada federal sim, ver a posição real de cada parlamentar. Nós estamos cansados de mentiras, engodo, de sermos ludibriados. Nós queremos realmente saber qual é a posição de cada um. Uns dizem que querem isso, outros querem aquilo e na hora da votação, nos dois momentos, não vincula. Tem que vincular e, se não resolver, eu não voto mais. O Deputado Abel Galinha é um exemplo disso, votou favorável na primeira denúncia, na segunda denúncia ele disse, por não ter sido respeitado, por não ter sido honrado o compromisso assumido pelo Senhor Presidente da República, eu voto não! Mudou, porque realmente viu que esse caminho da solução desse problema tem que ser atingido.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Izaías Maia** - Nós devemos dar total atenção e apoio para os empresários que lutam, que geram riqueza, geram empregos. E, com esse aumento abusivo de 35%, os empresários pagam, como por exemplo os supermercados, de 30 a 40 mil de energia. Ai você põe quase 40% de aumento, quanto que vai ter que pagar por mês? Ai, o que acontece, vão demitir as pessoas, vão passar a funcionar em horário menor e daí começa um problema social. Então, pode contar com meu apoio, os empresários que quiserem, não só vir aqui na Assembleia, como também se quiserem ir meu programa, autorizo se quiserem ir lá para eles exporem seus problemas para o povo, o espaço está aberto e pode contar com meu apoio.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** continua - Obrigado, Deputado Izaías Maia, pelo afeto e pelo carinho. Quero dizer ainda, para que todos possam registrar isso, o quilowatt/hora, que é aquele que mede o consumo da nossa energia, na nossa casa e na nossa indústria, no Brasil, tem uma média de 409 reais quilowatt/hora. O quilowatt/hora de Roraima é 931 reais. E quando se liga as termoelétricas que estão no Monte Cristo e no Distrito Industrial, o quilowatt/hora, João do Povo, passa para 1.731 reais. Então, gente, o que me assusta em tudo isso é esse montante de recursos de 800 milhões de reais por ano para subsidiar esse sistema aqui implantado. É grana demais, dinheiro demais. Então, o interesse político, ele é superado pelo interesse econômico. Essa semana a revista Veja traz sete laudas, tudo

isso vinculando, exclusivamente, o Senador Romero Jucá nessa bandalheira toda. Esse homem realmente não tem limite. Esse homem realmente é um doente, quanto mais dinheiro tem, mais ele quer, quer mais, quer mais, quer mais, não tem fim, o que que é isso? Está aqui na revista Veja. Sugiuro que a sociedade leia essa matéria, Luiz Valério, essa matéria, que vem explicando detalhadamente quais são os interesses para que esse sistema ou para que esse status quo seja mantido, seja sacrificado, nas costas, como diz o Deputado Izaías, no lombo da sociedade de Roraima.

Portanto, conclamo as Comissões, principalmente a de Direito Humanos, sua assessoria, para que possa organizar na Sala de Reunião, para que, às 15 horas, todos os parlamentares serão convidados, não é só para os Deputados da Comissão do Consumidor, todos estão convidados a fazer parte dessa reunião com os empresários, para ouvirmos qual é a angústia deles, qual é o sentimento deles. Assim sendo, agradeço, e um abraços a todos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia com discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 011/16, que "acrescenta o artigo 27-A com seus parágrafos e artigo 27-B ao Texto Constitucional vigente", de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e outros. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 08/17, que "adita os §§ 2º e 3º e altera dispositivos normativos do artigo 20-H do Texto Constitucional vigente", de autoria da Mesa Diretora e vários Deputados; do Projeto de Lei Complementar nº 015/17, que "altera o artigo 4º, inciso II, da Lei nº 1.109, de outubro de 2016, que institui a política estadual de incentivo à geração e aproveitamento da energia solar, eólica e biomassa e dá outras providências", de autoria do Deputado Brito Bezerra. E discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 025/17, que "institui o mês Janeiro Branco, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências", de autoria da Deputada Angela A. Portella; do Projeto de Lei nº 026/17, que "institui o Dia Estadual da Mulher Cristã, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências", de autoria da Deputada Angela A. Portella; do Projeto de Lei nº 060/17, que "altera o artigo 3º e o § 2º do artigo 6º da Lei nº 015, de 25 de junho de 1992, que substabelece vinculação, competências, composição e classificação do Conselho Estadual de Educação de Roraima e dá outras providências", de autoria do Deputado Jorge Everton; do Projeto de Lei nº 074/17, que "dispõe sobre a lavratura, a apostila e a expedição da carta-patente aos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima e dá outras providências", de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e Coronel Chagas; do Projeto de Decreto Legislativo nº 031/17, que "concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo, na Categoria Mérito, ao Senhor Thaumaturgo Cézar Moreira do Nascimento e dá outras providências", de autoria do Deputado Masamy Eda; do Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências", de autoria da Mesa Diretora; do Projeto de Resolução Legislativa nº 07/17, que institui o Programa Roraima Sem Drogas, de autoria do Deputado Naldo da Loteria; do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Jésus Rodrigues do Nascimento e dá outras providências", de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências", de autoria do Deputado Brito Bezerra; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Alexandre Salomão de Oliveira e dá outras providências", de autoria do Deputado Chico Mozart.

Suspendo a Sessão para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 015/17 e aos Projetos de Lei nº 060/17 e 074/17.

(Após o tempo necessário).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Dou por reaberta a Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 026/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - (Lido o Projeto de Lei nº 026/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 026/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 026/17, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 074/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - (Lido o

Projeto de Lei nº 074/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 074/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 074/17, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 015/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei Complementar nº 015/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 015/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 015/17, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 025/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 025/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 025/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 025/17, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 60/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Lei nº 60/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 60/17. Não havendo nenhum deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação, com emendas. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 60/17, com emendas, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 07/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 07/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Resolução Legislativa nº 07/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 07/17, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 051/17, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/17, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 17/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 17/17 e o parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 17/17. Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 17/17, com emendas, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 041/17 e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – (Lido do Projeto de Decreto Legislativo nº 041/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os senhores deputados acatam a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel para votação. Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 041/17 com sua emenda, por 13 votos sim, nenhum não, e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 011/16, bem como do parecer da Comissão, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

Convido os Senhores Deputados que se encontram na Casa para que compareçam ao Plenário, pois temos matérias na Ordem do Dia que são necessários 3/5 dos votos favoráveis, ou seja, 15 votos favoráveis. Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Não há quórum, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Precisamos ter 16 Deputados em plenário, lembrando que, se tiver um voto contra, a matéria é rejeitada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, não há quórum para votação da matéria, temos apenas 15 Deputados presentes, contando com o Presidente. Solicito ao senhor Presidente que transfira a matéria para a sessão de amanhã.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo quórum regimental, transfiro o restante da pauta da Ordem do Dia para a sessão de amanhã. Passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero comunicar aos membros da Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência e da Comissão de Direitos Humanos e Saúde que a nossa reunião que seria hoje foi cancelada e marcada para o dia 21, para tratar do relatório da audiência pública sobre a dependência química e apresentação de proposta de uma política pública para o dependente químico. Essa reunião estava marcada para hoje às 15h30min, mas, em virtude de outras agendas das comissões, estamos prorrogando para o dia 21 do corrente mês.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Só para registrar, a data de hoje, dia 7 de novembro, como o dia do radialista. Gostaria de parabenizar todos os profissionais da área, da Rádio Difusão no estado de Roraima, que levam informação, entretenimento e prestam um relevante serviço à sociedade roraimense, através desse veículo de comunicação de tão grande importância para o Brasil e o mundo, especialmente em Roraima. Então, parabéns a todos os radialistas do nosso estado. Eu também, há 23 anos, tenho essa experiência de trabalhar em rádio. Gostaria de parabenizá-los e de fazer o registro para que conste em Ata. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quero aproveitar o expediente de Explicações Pessoais para agradecer a todos os colegas Deputados que votaram pela aprovação do projeto de minha autoria e do deputado Soldado Sampaio que dispõe sobre a lavratura na apostila e a expedição da Carta Patente aos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do estado de Roraima. Um projeto importantíssimo para a carreira do oficialato nas duas corporações e que precisava ser aprovado porque, muito embora a Polícia Militar já esteja completando quase quarenta anos, o Corpo de Bombeiros também já vai fazer quase duas décadas da sua autonomia administrativa e seus oficiais ainda não dispõem da Carta Patente, que é um documento. A Deputada Lenir, que foi a relatora, garante as prerrogativas do oficialato dessas duas corporações. Esse documento, além de garantir as prerrogativas, é apostilado em seu verso todas as promoções que esse profissional venha a ter ao longo da carreira. É um projeto importante e como a Polícia Militar agora, no dia 26, fará mais um aniversário de sua criação, nós poderemos, nessa Assembleia, e sendo sancionado pela governadora, dar esse documento importante para os oficiais das duas corporações. Por isso, nossos agradecimentos.

Informamos aos senhores deputados, aos servidores desta Casa e a todos que nos acompanham, que a sessão de amanhã será transformada em Comissão Geral, momento em que esta Casa estará entregando a Comenda Orgulho de Roraima às personalidades que foram aprovadas por esta Casa.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão, às onze horas e cinquenta e nove minutos, convocando outra para o dia 8 de novembro, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

**ATA DA 264ª SESSÃO, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2017.
54º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO MOZART.

(Em exercício).

Às nove horas do dia nove de novembro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima quadragésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Masamy Eda**, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei nº 136, de 01/11/17, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de Ecocardiograma Pediátrico nos recém-nascidos com Síndrome de Down no Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Projeto de Lei nº 137, de 19/10/17, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, que “Estabelece a equiparação dos portadores de doença renal crônica com os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais em relação à acessibilidade e oportunidades com referência ao percentual legal de vagas reservadas para pessoas com deficiência no Estado de Roraima”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 053, de 07/11/17, de autoria dos Deputados Angela A. Portella e Mecias de Jesus, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima aos militares indicados por sua atuação no Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 054, de 08/11/17, de autoria do Deputado Masamy Eda, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima aos Senhores Cidalino Mariano de Lima, Jefferson Manduca Moreira da Silva, Manoel Neves de Macedo, Lourdes Miguel de Brito, e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 055, de 07/11/17, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que “Concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo, na categoria Mérito Especial às Personalidades que indica, e dá outras providências”.

Indicação nº 485, de 07/11/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de uma ponte sobre o Rio Sucuri, localizada no KM 56 da Vicinal 28, no Projeto de Assentamento Sabiá, Município de São João da Baliza - RR.

Indicação nº 488, de 08/11/17, de autoria do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para realização de obras de engenharia emergenciais no Distrito Agropastoril de Caracará, localizado em área contígua à sede municipal de Caracará.

Requerimento de Pedido de Informação nº 006, de 08/11/17, de autoria dos Deputados Zé Galeto e Marcelo Cabral da Comissão de Agricultura, requerendo que seja encaminhado à Secretaria de Estado da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, pedido de informação referente aos: Físico-Financeiro; Os Gastos; Os Investimentos; e Planilhas de Investimentos na Agricultura.

Memorando nº 121, de 07/11/17, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, informando sua ausência no período de 07 a 09 de novembro do corrente ano.

Memorando nº 045, de 08/11/17, de autoria do Deputado Zé Galeto, informando sua ausência na sessão ordinária do dia 09 de novembro do corrente ano.

Memorando nº 091, de 07/11/17, de autoria da Deputada Angela A. Portella, informando sua ausência na sessão plenária do dia 08 de novembro do corrente ano.

Memorando nº 023, de 09/11/17, do Deputado Izaías Maia, informando sua ausência na sessão plenária do dia 09 de novembro do corrente ano.

Memorando nº 224, de 09/11/17, da Deputada Lenir Rodrigues, informando sua ausência na sessão plenária do dia 09 de novembro do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 312, de 07/11/17, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, informando a celebração do Convênio nº 11/17/GER/SEINF/Município de Bonfim, cujo objeto é a melhoria da infraestrutura urbana do Município de Bonfim e Convênio nº 16/17/GER/SECULT/Município de Alto Alegre, cujo objeto é apoiar a realização do Projeto “XI Forró Alegre 2017”.

Comunicado nº AL093626, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Davi de Souza, no valor de R\$ 1.370,00 (mil trezentos e setenta reais).

Comunicado nº AL093627, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Nova Monte Muriá II, no valor de R\$ 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

Comunicado nº AL093628, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Hermínio Paulino, no valor de R\$ 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais).

Comunicado nº AL093629, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Santa Mônica, no valor de R\$ 1.660,00 (mil seiscentos e sessenta reais).

Comunicado nº AL093630, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Presidente João Pessoa, no valor de R\$ 1.970,00 (mil novecentos e setenta reais).

Comunicado nº AL093631, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Marajó, no valor de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

Comunicado nº AL093632, de 19/09/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Coronel Mota, no valor de R\$ 1.920,00 (mil novecentos e vinte reais).

Era o que constava de Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** - Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart**- Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos à Ordem do Dia, com a discussão e votação, em segundo turno, das seguintes proposições: Projeto de Emenda à Constituição nº 11/16, que “acrescenta o art. 27-A, com seus parágrafos, e art. 27-B ao Texto Constitucional vigente”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio e outros; Projeto de Lei Complementar nº 15/17, que “altera o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.109, de outubro de 2016, que institui a política estadual de incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar, Eólica e Biomassa, e dá outras providências”. E, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 08/17, que “aditam-se §§ 2º e 3º e alteram-se dispositivos normativos do artigo 20-H do Texto Constitucional vigente”, de autoria da Mesa Diretora e vários Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum regimental para a apreciação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, não há quórum regimental neste momento.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** - Não havendo quórum regimental para deliberação das matérias, passaremos ao Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, eu gostaria de convidar os Deputados: **Angela A. Portella**, **Soldado Sampaio**, **Diego Coelho** e **Izaías Maia** para, através da nossa Comissão de Direitos humanos, às 15:00 horas, realizarmos Audiência Pública no Plenarinho desta Casa Legislativa sobre a temática da Imigração Venezuelana. Gostaria de convidar esses parlamentares que fazem parte da comissão, assim como os demais parlamentares que se encontram presentes na Casa para se fazerem presentes no evento.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** - Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão e convoco outra para o dia 14, à hora regimental.

Registraram presença no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella**, **Aurelina Medeiros**, **Brito Bezerra**, **Chico Mozart**, **Coronel Chagas**, **Evangelista Siqueira**, **Flamarion Portela**, **Gabriel Picanço**, **George Melo**, **Jorge Everton**, **Masamy Eda**, **Naldo da Loteria**, **Odilon Filho** e **Valdenir Ferreira**.

ATA DA 2648ª SESSÃO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

54º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício).

Às nove horas do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima quadragésima oitava Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Masamy Eda**, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 1725, de 09/11/17, de autoria do Secretário-Chefe da Casa Civil, encaminhando cópia do Ofício nº 318/2017/GAB/SESAU, com as informações prestadas em relação à Indicação Parlamentar nº 395/17, de autoria do Deputado **Jorge Everton**.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Decreto Legislativo nº 058, de 13/11/17, de autoria da Deputada **Lenir Rodrigues**, que "Declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar do PA Nova Amazônia I - ASSTRF-PANA, e dá outras providências".

Indicação nº 505, de 14/11/17, de autoria do Deputado **Soldado Sampaio**, encaminhada ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima, para realização do Curso Especial de Formação de Cabos do Quadro Especial de Praças Bombeiro Militar - CFC QEPBM, com abertura de matrícula em dezembro de 2017 e início do curso em janeiro de 2018.

Indicação nº 506, de 14/11/17, de autoria do Deputado **Zé Galeto**, encaminhada ao Governo do Estado, para conclusão do Hospital das Clínicas de Roraima.

Indicação nº 507, de 13/11/17, de autoria do Deputado **Zé Galeto**, encaminhada ao Governo do Estado, para revitalização do prédio da Polícia Militar, localizado na Vila do Equador, Município de Rorainópolis - RR.

Indicação nº 508, de 13/11/17, de autoria do Deputado **Zé Galeto**, encaminhada ao Governo do Estado, para manutenção da Vicinal 18, localizada na Vila do Equador, Município de Rorainópolis - RR.

Requerimento nº 108, de 14/11/17, de autoria do Deputado **Izaías Maia**, requerendo que as Sessões Plenárias do dia 29 de novembro

do corrente sejam transformadas em Comissão Geral para realização de Audiência Pública, para tratar dos assuntos referentes ao Sistema Energético do Estado de Roraima.

Memorando nº 123, de 14/11/17, de autoria do Deputado **Mecias de Jesus**, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias desta Casa Legislativa nos dias 14 e 16 de novembro do corrente ano.

Era o que constava de Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** - Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos à Ordem do Dia, com a discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Emenda à Constituição nº 008/17, que "aditam-se §§ 2.º e 3.º e alteram-se dispositivos normativos do artigo 20-H, do texto constitucional vigente", de autoria da Mesa Diretora e vários deputados. Em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 033/17, que "dispõe sobre a concessão da Comenda Orgulho de Roraima à personalidade que indica e dá outras providências", de autoria do Deputado **Jorge Everton**; do Projeto de Decreto Legislativo nº 036/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à Doutora **Jandira Freitas de Moraes Negreiros** e dá outras providências", de autoria da Deputada **Lenir Rodrigues**; do Projeto de Decreto Legislativo nº 042/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima a **Jan Roman Wilt** e dá outras providências", de autoria do Deputado **Chico Mozart**; do Projeto de Decreto Legislativo nº 045/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor **José Mozart Holanda Pinheiro** e dá outras providências", de autoria do Deputado **Chico Mozart**; do Projeto de Decreto Legislativo nº 046/17, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora **Imery Sampaio da Silva** e dá outras providências", de autoria do Deputado **Chico Mozart**.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum regimental para a apreciação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, não há quórum regimental para apreciação das matérias em pauta na Ordem do Dia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo quórum regimental para deliberação das matérias, passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão e convoco outra para o dia 21, à hora regimental.

Registraram presença no painel, os Senhores Deputados: **Brito Bezerra**, **Chico Mozart**, **Coronel Chagas**, **Flamarion Portela**, **George Melo**, **Joaquim Ruiz**, **Lenir Rodrigues**, **Masamy Eda**, **Naldo da Loteria**, **Odilon Filho**, **Soldado Sampaio**, **Valdenir Ferreira**, e **Zé Galeto**.

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO

CONTRIBUINTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

Convocamos os Senhores Deputados Membros desta Comissão: **Izaías Maia**, **Flamarion Portela**, **Odilon Filho** e **Evangelista Siqueira**, para reunião extraordinária, no dia 13 do corrente, às 10:00 horas, no Plenário Deputada **Noêmia Bastos Amazonas** deste Poder, para discutir sobre o "Sistema Energético do Estado de Roraima".

Jorge Everton

Vice-Presidente da Comissão

ATA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E AÇÃO SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2017.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às onze horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputada **Noêmia Bastos Amazonas**, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social, sob a Presidência da Senhora Deputada **Angela Águida Portella**, com a presença dos Senhores Deputados **Dheigo Coelho** (Vice-Presidente) e **Lenir Rodrigues** (Membro), ausentes os Senhores Deputados **Brito Bezerra** e **Marcelo Cabral** (Membros).

Abertura:

Havendo “quórum” regimental, a Senhora Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da Reunião anterior. Por Requerimento da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, foi dispensada à leitura, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Logo após, a Senhora Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade pelos Senhores Membros da Comissão.

Expediente: Não houve.

Ordem do Dia:

- **Projeto de Lei nº 066/2016**, de autoria do Deputado Izaías Maia, que “Dispõe sobre o programinha minha primeira oportunidade, e dá outras providências”, solicitou ao Relator Deputado Dhiego Coelho fazer a leitura do seu Parecer. Após a leitura favorável a presente Proposição, a Senhora Presidente colocou o projeto em discussão, não havendo quem quisesse se manifestar, colocou-o em votação, a votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Relatório permaneçam como estão, aprovado;

- **Projeto de Lei nº 026/2017**, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, que “Institui o Dia Estadual da Mulher Cristã, no âmbito do Estado de Roraima”, solicitou à Relatora Deputada Lenir Rodrigues, que fizesse a leitura do seu Parecer. Após a leitura favorável a presente Proposição, a Senhora Presidente colocou o projeto em discussão. Em prosseguimento, a Senhora Presidente, informou que gostaria de discutir a presente Proposição de sua autoria. Deputada Angela Águida Portella (Presidente da Comissão) – Este projeto de minha autoria, que institui o Dia Estadual da Mulher Cristã, no âmbito do Estado de Roraima, tem por objetivo dar visibilidade e reconhecer o trabalho, que as mulheres cristãs estão fazendo em nossa sociedade. Mulheres, que, além de todas as suas atividades domésticas e profissionais, guardam um pouco do seu tempo para desenvolver este trabalho voluntário nas igrejas, nos hospitais, nas instituições sociais. Enfim, não só fazendo o trabalho de evangelização, mas reforçando os valores sociais e familiares, os valores de convivência entre as pessoas. Precisamos não só dar visibilidade como incentivar para que nossa sociedade seja cada vez mais solidária e se inspire nessas mulheres. Prosseguindo, não havendo mais quem quisesse se manifestar, a Senhora Presidente colocou o Projeto de Lei nº 026/2017, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, em votação, a votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Relatório permaneçam como estão. Aprovado;

- **Projeto de Lei nº 124/2016**, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do ‘Teste do Quadril’ (exame para detectar a displasia do desenvolvimento dos quadris) em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado de Roraima”. Em continuidade, solicitou ao Deputado Dhiego Coelho, proceder à leitura do Relatório do Deputado Marcelo Cabral, como Relator *Adoce*. Após a leitura favorável a presente Proposição, a Senhora Presidente colocou o projeto em discussão, não havendo quem quisesse discutir, colocou o Projeto de Lei nº 124/2016, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, em votação, informando que a votação será simbólica, os Deputados que concordarem com o Relatório permaneçam como estão, aprovado;

- **Requerimento Nº 001/2017**, de autoria desta Comissão, que requer a aprovação de Vossas Excelências para a implantação, do programa de apoio à criança, adolescente e família, denominado SOU MAIS – Fortalecendo Laços, Construindo Cidadania, que, se aprovado, provavelmente na segunda-feira dia 28 de agosto, do corrente ano, no Plenário Valério Magalhães (Plenarinho), desta Casa de Leis, estaremos fazendo o lançamento deste programa, que é de valorização da vida, fortalecer laços, para melhorar resultados, como chamar os pais a serem mais próximos dos filhos. Enfim, é um trabalho, através do qual queremos empoderar mulheres, crianças e adolescentes, falar sobre o protagonismo infantojuvenil, fazer com que realmente as pessoas se sintam parte da sociedade, que se sintam autônomas, participativas. Que queiram realmente fazer a diferença na sociedade onde estão inseridas. Solicitou à Deputada Lenir Rodrigues para fazer a leitura do Requerimento, feita a leitura do Requerimento pela Senhora Deputada Lenir Rodrigues, a Senhora Presidente, colocou o Requerimento em discussão, a Deputada Lenir Rodrigues pediu permissão para discutir o mesmo. Deputada Lenir Rodrigues (Membro) - Deputada Angela Águida Portella, quero parabenizá-la pela iniciativa da nossa Comissão pelo esforço de Vossa Excelência, que tem trabalhado vários meses, buscando ajuda para compor este projeto e a sociedade saber que aqui na Assembleia Legislativa tem Parlamentares envolvidos com as ações sociais e relacionadas à causa da criança e do adolescente do nosso Estado. Quero, pois parabenizá-la por este esforço pessoal silencioso que Vossa Excelência tem tido, buscando a rede de fortalecimento na proteção à criança e ao adolescente para que este projeto da Assembleia Legislativa se intensifique e fortaleça a rede de atendimento à criança e adolescente em nosso Estado. Queremos dizer,

Deputado Dhiego Coelho, que estamos parceiros de Vossa Excelência para fortalecer o seu trabalho e mostrar que a Rede de proteção à criança e adolescente tem voz e vez em nosso Estado e que a Assembleia Legislativa, com seu esforço, estará fortalecendo, dando as mãos para os Conselhos de Direitos dos Municípios, o CEDICAR, o Juizado da Infância e Juventude, os Conselhos Tutelares de todos os municípios de da capital, que nós somos parceiros para fortalecer esta Rede. A Senhora está de parabéns, só tenho que lhe elogiar aqui publicamente, dizer aos nossos telespectadores, à população em geral, aos demais Pares desta Casa o compromisso de Vossa Excelência com a Rede de Proteção à criança e adolescente, meus parabéns. Prosseguindo, a Presidente da Comissão, Deputada Angela Águida, agradeceu as palavras de apoio da Deputada Lenir Rodrigues, destacando, que a nossa Comissão procura ser sempre atuante e que este é um momento muito importante, pois vamos iniciar a Assembleia Itinerante, que visa dar voz e vez também a este segmento da sociedade, incentivando também os municípios, a se fazerem representar. Não havendo mais quem queira discutir, coloco o Requerimento em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento nº 001/2017, de autoria desta Comissão.

Em prosseguimento, a Deputada Lenir Rodrigues pediu a palavra para se manifestar. Deputada Lenir Rodrigues (Membro) - É com muita satisfação que comunico aos Pares desta Casa, principalmente, aos Membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social, que hoje, estive no Tribunal de Justiça, mais especificamente no Fórum Criminal do Caraná, assinando um Convênio com a Vara de Penas de Medidas Alternativas, em que a Assembleia Legislativa, através do Núcleo de Tráfico de Pessoas, ganhou o edital no valor de oito mil reais para o Projeto Educar é Prevenir. Então, mais uma vez, Senhor Presidente, Coronel Chagas, ganhamos um Edital, no Tribunal de Justiça, no valor de oito mil reais para o Projeto Educar é Prevenir, do Núcleo de Tráfico de Pessoas. Isso fortalece a ação Social, que a Assembleia Legislativa está fazendo para a nossa sociedade. E, portanto, é com muita alegria, Senhora Presidente, que comunico, mais uma vez, que somos vitoriosos. No ano passado, ganhamos sete mil reais para o Projeto do Núcleo Reflexivo Reconstruir, referente ao trabalho com os homens que cometem violência doméstica familiar, agora, para o Projeto Educar é Prevenir. Hoje, estou em estado de graça e quero partilhar esta alegria com todos os nossos Pares desta Casa de Leis. Obrigada, Senhora Presidente. Dando continuidade, a Senhora Presidente parabenizou a Deputada Lenir Rodrigues pelo seu brilhante trabalho realizado à frente do CHAME, frente ao Núcleo. E, neste momento, em que vivemos a banalidade dos valores, quando a vida perdeu sentido, porque as pessoas estão sem saber qual o valor que elas têm, esta valorização que parece tão insignificante, mas faz a diferença sim. Então, é juntando esforços, juntando recursos, muita força de vontade e atitude, Deputada Lenir, que a gente consegue vencer, e a Senhora serve, como inspiração, para nós nesta luta diária, e que consiga contagiar não só a todos os colegas, mas também a nossa sociedade, porque todos podemos nos doar para esta luta de valorização das pessoas, valorização da vida, através desta luta de não à violência à pessoa humana, principalmente às mulheres.

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Josiane Salette Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Angela Águida Portella

Presidente da Comissão.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

RESOLUÇÃO Nº 0481/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem aos municípios de Caracarái/RR e Rorainópolis/RR, saindo no dia 15.12.2017, com retorno no dia 21.12.2017, com o objetivo de desenvolverem apoio à inauguração do Pólo da Assembleia Legislativa e do evento “Natal em Família”, a serviço desta Casa Legislativa.

NOME
Dilson Lopes Araújo
Elizabeth Aguiar Andrade da Silva
Eriwana Torres dos Santos

Hervelly Bruce de Sousa
Ismael dos Santos Oliveira
Jhonatan Cunha Silva
Klayton Thiago de Albuquerque Morais
Mateus Nascimento dos Santos
Raimundo Santos de Melo
Verinha Paes Pinto

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0496/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem para os Municípios de Iracema/RR e Caracará/RR, saindo no dia 08.12.2017, com retorno no dia 09.12.2017, com o objetivo de desenvolverem apoio logístico aos Polos desta Casa Legislativa nesses Municípios.

NOME
Flavio Viana da Costa
José Luiz Pereira Helmer

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0497/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem para o Município de Caracará/RR, saindo no dia 17.12.2017, com retorno no mesmo dia, com o objetivo de desenvolverem apoio ao Evento de Inauguração do Núcleo da Assembleia Legislativa, a serviço desta Casa Legislativa.

NOME
ELIZABETH DA SILVA GOMES
KARINA RIBEIRO PEREIRA
RAIMUNDO RONIVON FERREIRA DE OLIVEIRA
RONALD DA SILVA AMORIM

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0498/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para viajarem aos municípios de Roraima, no período de 16 a 22.12.2017, com o objetivo de desenvolverem apoio aos eventos: inauguração do Polo da Assembleia Legislativa (Caracará), encerramento do ano letivo da Escola do Legislativo (Bonfim), "Natal em Família" (Rorainópolis e Alto Alegre), a serviço desta Casa Legislativa.

NOME	MUNICÍPIO	IDA	RETORNO
Flavio Viana da Costa	Caracará	16.12.2017	17.12.2017
	Bonfim	18.12.2017	18.12.2017
	Rorainópolis	19.12.2017	21.12.2017
	Alto Alegre	22.12.2017	22.12.2017
José Luiz Pereira Helmer	Caracará	16.12.2017	17.12.2017
	Bonfim	18.12.2017	18.12.2017
	Rorainópolis	19.12.2017	21.12.2017
	Alto Alegre	22.12.2017	22.12.2017
Naya Kellen Mesquita Barros	Caracará	16.12.2017	17.12.2017
	Bonfim	18.12.2017	18.12.2017
	Rorainópolis	19.12.2017	21.12.2017
	Alto Alegre	22.12.2017	22.12.2017

Sueli Cristina Soares de Souza	Caracará	16.12.2017	17.12.2017
	Bonfim	18.12.2017	18.12.2017
	Rorainópolis	19.12.2017	21.12.2017
	Alto Alegre	22.12.2017	22.12.2017

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2017.
ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0499/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do servidor **Douglas Pereira de Farias**, para viajar ao município de Rorainópolis/RR, saindo no dia 18.12.2017, com retorno no dia 21.12.2017, com o objetivo de desenvolver apoio ao evento "Natal em Família", a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº 0500/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento da servidora **Glaucineide Ferreira da Silva**, para viajar aos municípios de Caracará/RR (dia 17.12.2017) e Rorainópolis/RR (dias 19 e 20.12.2017), com o objetivo de desenvolver apoio à inauguração do Polo da Assembleia Legislativa e do evento "Natal em Família", a serviço desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
 Superintendente Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ALE/RR
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 033/2017
 COMUNICADO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO: 0714/2017

OBJETO: Eventual contratação de empresa especializada para produção de conteúdo (áudio e vídeo), e manutenção dos equipamentos da Estação Radiodifusora do Senado Federal, e ainda, instalação e manutenção de equipamentos complementares capazes de transmitir programação contínua de televisão digital, para atender a TV Senado (canal) e TV Assembleia (subcanalização ou faixa de programação), na cidade de Boa Vista-RR, conforme Protocolo de Intenções 0015/2012.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA através da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados o resultado do certame licitatório do objeto em epígrafe, que teve como vencedor as empresas:

lote único	empresa vencedora	und	valor unitário
01	F5 PRODUÇÕES EIRELI-EPP	mês	R\$ 14.422,57
02		mês	R\$ 244.425,08
03		diária	R\$ 28.646,87
04		diária	R\$ 40.459,27
05		diária	R\$ 18.215,87
06		minuto	R\$ 554,90
07		minuto	R\$ 323,71
08		minuto	R\$ 1.960,71

Perfazendo os valores unitários adjudicados conforme disposto acima.

Boa Vista-RR, em 27 de novembro de 2017.
 Lincoln Johnson Batista de Mendonça
 Presidente da CPL/ ALE-RR